

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano III • nº 98 • 24/1 a 7 de fevereiro de 1980 • Cr\$20,00

**COMEÇA A
CAMPANHA**

**MULHERES
EXIGEM**



ABORTO LIVRE NO BRASIL

(Págs. 8 e 9)

**PT: O que fazer diante das
eleições de novembro?**

(pág. 3)

**Presos políticos continuam
greve de fome**

(Pág. 16)

**Contribuição à História
da Esquerda Brasileira**

**MR-8 (final): Da luta armada
aos dias de hoje**

(Págs. 12 e 13)

EM TEMPO — Fevereiro — 2 edições especiais

Aberto debate sobre a crise da imprensa alternativa (Pág. 2)

EM TEMPO abre o debate

Em sua reunião do último dia 20, o Conselho Editorial e Administrativo da Editora Aparte S/A, responsável pelo EM TEMPO, iniciou um amplo debate sobre a situação da imprensa alternativa hoje no país. Aqui, um apanhado das discussões e as conclusões a que chegaram

Fevereiro:
O semanário em discussão e duas edições especiais: uma dia 7 e outra dia 21.

1. A crise da imprensa alternativa

A imprensa brasileira vive hoje uma crise. Na chamada grande imprensa, aquela gerida como um empreendimento capitalista, os casos são variados: jornais de longa tradição e alta tiragem encontram-se fortemente endividados; diversos jornais, também de grande tradição mas de presença e tiragem marginais no mercado fecharam nos últimos meses, e, igualmente, jornais recentes que procuraram inovar de modo radical na busca de uma informação original e crítica — dos quais o exemplo mais patente é agora o do **República** — viram-se obrigados também a fechar suas portas.

Mas, o campo que nos interessa em particular, é o da chamada imprensa nânica ou alternativa. Aqui, o quadro é também de crise, embora de tipo diferente. Por paradoxal que possa parecer, ao lado da pujante profusão de novos títulos nesta faixa, sobretudo ao longo do último ano, vive-se hoje uma situação crítica em todos e cada uma destes veículos. O «boom» da imprensa nânica é pois apenas um lado da moeda.

EM TEMPO, após uma longa discussão no interior do coletivo que faz o jornal, resolveu abrir amplamente um profundo debate crítico e auto-crítico desta situação, em particular da nossa.

O marco geral e alentador desde o qual nos lançamos neste debate é a convicção de que a crise que vivemos não é uma crise de agonia, de esgotamento da imprensa alternativa, mas sim uma crise de transição, em compasso portanto com o movimento geral da sociedade, da qual cabe extrair todas as virtualidades para uma nova arrancada.

Um diagnóstico: a imprensa alternativa vive hoje uma crise, mas que não é de agonia ou esgotamento, e sim de transição. Uma crise portanto rica de virtualidades a serem captadas para uma nova arrancada.

Os problemas que hoje afligem a nossa imprensa são vários.

A repressão, que se notizou por sua ação liquidadora de vários jornais no passado recente, continua ativa na sua ofensiva. Somente os ingênuos podem acreditar que o famigerado Relatório do Centro de Informações do Exército sobre a imprensa alternativa, é hoje uma peça de museu. É claro que suas ações são atualmente mais disfarçadas e menos frequentes e o quadro geral é mais pronunciadamente o de uma ameaça permanente. Mas, jornais continuam sendo apreendidos na sua circulação, pressões discriminativas de ordem fiscal são uma constante, processos estão sendo acionados, permanentemente, contra nossos órgãos.

Este contido não é o lado novo da questão. Um primeiro fator, dentre os que agora se apresentam diretamente configurando nossa crise é o quadro econômico do país. Para uma imprensa que não vive de publicidade nem de subsídios, que depende exclusivamente do leitor — bancas e assinantes — a atual crise econômica é quase fatal. A inflação atira os custos para as alturas — somente o papel mais do que triplicou desde o começo do ano. O custo de vida atinge não somente o leitor, que vê sua disponibilidade para a compra de publicações reduzida, mas também os trabalhadores do jornal que vêm suas situações financeiras, já cronicamente espantosa e altamente voluntária, transformada em penúria aguda, obrigando-os a se desdobrarem em outras atividades e reduzindo consequentemente a capacidade editorial dos



50 presos políticos em greve de fome. Estudantes paulistas elegem a nova UEE.

nanicos. O minguar notado dos expedientes, não é senão o sinal mais patente desta realidade.

Uma falsa solução: a crise econômica atinge brutalmente os nânicos. Mas, subir o preço dos jornais como forma de compensar os custos é uma política que resulta em queda das vendas e elitização do público.

O recurso usado pela grande imprensa nesta situação — aumentar o preço da publicidade e mesmo dos jornais em bancas — como forma de aumentar suas receitas, começou a contagiar também a imprensa alternativa. Vários foram os jornais que viram-se obrigados a jogar seus preços de capa para cima quase que no mesmo ritmo a inflação. No nosso caso em particular, sempre procuramos resistir a este expediente. Ainda assim, ao longo destes dois anos de existência fomos obrigados a, passo a passo, sairmos dos iniciais Cr\$ 10,00 para hoje chegarmos aos Cr\$ 20,00. Ou seja conseguimos ficar aquém da alta geral do período oferecendo, em termos reais, hoje, um jornal relativamente mais barato. Mas para todos que aumentaram de fato seus preços logo veio a resposta do público: a queda nas vendas de um produto que, para seu público fundamentalmente de baixa renda, começou a pesar e concorrer com o arroz e o feijão.

O alerta para nós foi imperativo: temos que segurar o preço custe o que custar, pois do contrário estaremos fazendo um produto que necessariamente estará cada vez mais proibitivo para seu público inicial, com o qual temos um compromisso político básico.

Portanto, diferentemente de alguns semanários do mesmo gênero, avaliamos que o recurso ao aumento do preço como forma de contornar o estrangulamento financeiro, era um falso e elitista recurso. Mas é claro que a consequência desta atitude não tardou: o déficit corrente mostrou-se crescentemente insuportável.

Mas há ainda uma outra razão para a atual crise da imprensa alternativa: o momento de transição e adaptação a novas condições que vive hoje a sociedade brasileira, em particular seus setores oprimidos. De imediato um paradoxo aflora. O movimento de massas está em ascenso, a politização das camadas exploradas é crescente, novos e massivos contingentes da classe operária e de trabalhadores em geral, ingressam na política. O resultado inegável desta realidade é que está aumentando o público interessado na informação e discussão que a imprensa alternativa traz. Mas, contraditoriamente, as vendas caem generalizadamente para todos os órgãos. E este resultado não pode ser explicado tão somente pela profusão de novos títulos a congestionar e au-

mentar a concorrência no mesmo mercado, e pelos aumentos de preço. O público apontado acima cresceu muito mais do que os aumentos de tiragem do conjunto dos títulos hoje em circulação.

Há portanto uma razão a desvendar por trás desta situação que é a chamada crise de definição por que vem passando a imprensa alternativa. Sob o peso da tradição, a imprensa nânica tem custado a decifrar as novas questões afloradas pela conjuntura, a captar suas virtualidades, a adequar-se aos novos contingentes do público etc.

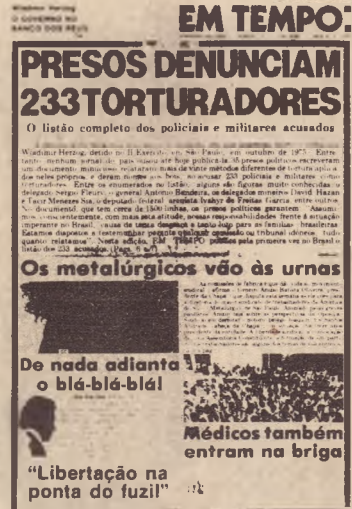
Ou, ainda mais, não basta só captar estas realidades; é necessário ter fôlego e capacidade operacional para poder enfrentá-las ofensivamente. O que, somado aos dois outros fatores apontados — a ação repressiva e o sufoco econômico — configura um quadro de enormes dificuldades para a superação positiva desta crise de transição.

O esforço e participação necessários para enfrentar esta crise são enormes. Muito além do que os coletivos que fazem os jornais alternativos dispõem. Tem pois, necessariamente, que contar com os vários setores da oposição — o público — e com os mais variados movimentos sociais agindo e opinando de forma ativa neste debate e soluções.

Este o sentido da proposta que aprovamos na nossa última reunião do Conselho Editorial e Administrativo da Editora Aparte S/A realizada no dia 20 de janeiro.

2. Um balanço de dois anos

Por certo reconhecemos os saldos positivos acumulados nestes dois anos de trabalho e que devem ser parâmetros para as novas definições. A denúncia intransigente das agressões aos direitos humanos juntamente com a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita são uma marca evidente do EM TEMPO. As várias bombas que recebemos são um testemunho, ainda que penoso. Igualmente investimos a fundo na cobertura e subsídios ao que há de mais «subversivo» na atual conjuntura que é o desenvolvimento do movimento dos trabalhadores num grau de combatividade e autonomia inusitados e que se tem configurado notadamente no sindicalismo autêntico, nas oposições sindicais e demais movimentos de base e que, por fim, encontrou seu selo político na proposta do Partido dos Trabalhadores. Não é à toa que o pelego-mor Ari Campista veio recentemente nos acusar de porta-vozes do «sindicalismo contestatório». A luta portanto pela formação de uma força oposicionista à ditadura militar, que



seja ao mesmo tempo classista e anti-capitalista, é outro saldo que julgamos poder aferir ao longo destes dois anos, e que seguramente norteará nossas futuras definições:

Um paradoxo: de um lado, cresce o movimento social, novos contingentes de trabalhadores ingressam na política, enfim, aumenta o público potencial da imprensa alternativa. Mas, de outro lado, as vendas caem generalizadamente.

Mas, longe de nós uma postura triunfalista e satisfatória com estes saldos inegavelmente positivos. A avaliação que hoje fazemos é profundamente crítica de nosso desempenho, sobretudo o dos meses mais recentes. A cada semana, estivemos longe do produto que desejaríamos levar aos nossos leitores. Os fatores apontados acima, particularmente o estrangulamento econômico e por decorrência o enfraquecimento da equipe que faz o jornal, fizeram-se notar de modo inquestionável sobre o produto que largávamos a cada semana. O jornal foi se tornando, no seu conteúdo, pouco diversificado nos assuntos, nem de longe conseguindo acompanhar os fatos mais importantes da semana. A presença de matérias ensaísticas, desprovidas dos recursos jornalísticos necessários começou a se dar num volume e frequência muito acima do recomendável. As falhas gráficas se intensificaram, a qualidade artística entrou em altos e baixos, o estilo de texto decaiu etc.

E mais, pela precariedade dos recursos, as próprias fontes de informação começaram a se repetir e estreitar, não por uma recusa de algumas delas, mas fruto da nossa capacidade de reduzida de sair a campo para a reportagem exaustiva e diversificada.

O resultado disto é também que o jornal deixou de espelhar a necessária diversidade de opiniões que sempre envolve um fato jornalístico qualquer. As fontes mais fáceis começaram a se repetir exageradamente, premiadas que estávamos pela exiguidade dos recursos, dando muitas vezes a aparência de uma postura politicamente seletiva e excludente no interior mesmo do leque de forças e opiniões que inegavelmente se acham dentro dos parâmetros da linha editorial que declaramos.

Uma conquista: um jornal que recebeu várias bombas dos torturadores, e acusado por Ari Campista de porta-voz do "sindicalismo contestatório."

Assim, o fato de que algumas coberturas possam ter aparentado parcialidade ou até mesmo exclusão deli-

berada de algumas opiniões é fruto não de um sectarismo político, coisa que negamos taxativamente, mas sim da falta de recursos de condições materiais e humanas, para podermos chegar a um resultado final mais diversificado e que espelhasse realmente campo oposicionista hoje em torno da formação de uma força política independente dos trabalhadores.

Enfim, esta avaliação auto-crítica culminou em nossa última reunião do CEA na conclusão de que o produto semanal que vínhamos fazendo estava muito aquém do necessário e certamente, atingindo já os limites de nossa capacidade de mantê-lo os moldes atuais. A alternativa do desafogo pelo lado do aumento do preço foi descartada: tanto seu retornos são incertos, demorados, como pela razão já alegada acima, ela termina enveredando por um caminho a médio prazo suicida, devido do estrangulamento que se transfere ao leitor. Por outro lado, a equipe pequena que contamos hoje impõe-nos um sufoco da rotina semanal, sempre correndo atrasados atrás dos fatos. Na compulsão de dar o máximo de nós mesmo para conseguirmos fechar a edição da semana o mais próximo possível do desejado, terminamos criando uma arrochada rotina de forma nenhuma compatível com a deflagração do amplo debate que a situação requer.

3. Nossas propostas

Por razões de incapacidade para fazermos o semanário desejado, pela compulsão financeira e pela necessidade da abertura urgente e decisiva deste processo de debates e consultas é que resolvemos tomar as seguintes medidas:

— Marcar para o dia 2 de março uma nova reunião do CEA quando então, passado um mês, concluiremos este processo de definições e adequações do EM TEMPO, em particular a manutenção ou não de sua periodicidade semanal

— Deflagrar imediatamente nas páginas do jornal um amplo debate sobre a situação da imprensa alternativa, em particular da nossa própria.

— Abrir um processo imediato de consulta, discussão, avaliação e coleta de sugestões referentes ao jornal, junto a nossos acionistas e assinantes bem como a todos os movimentos sociais e forças de oposição que hoje se batem pela constituição de um movimento independente dos trabalhadores, particularmente aquelas que se encontram numa postura de simpatia ou participação do projeto do Partido dos Trabalhadores;

— Lançar o convite a todas estas forças, movimentos, setores e indivíduos para que se integrem não somente nesta discussão mas também que se incorporem ativamente ao projeto jornalístico que pretendemos;

Um impasse: um semanário muito aquém do necessário, e chegando mesmo aos limites da nossa capacidade de mantê-lo nos moldes atuais.

— Lançar, ao longo de fevereiro — mês onde em geral todos os veículos da imprensa reduzem seu número de páginas — apenas duas edições especiais do EM TEMPO, com um número de páginas superior, uma saindo dia 7 e outra dia 21, ao mesmo preço de Cr\$ 20,00, como forma de abrir espaço de tempo para o desenvolvimento do processo de debates, consultas e convites, à discussão e participação do nosso projeto jornalístico.

A tribuna está aberta: que cada um faça suas críticas e dê suas sugestões.

(A DIRETORIA)

Novembro — eleições municipais Como enfrentá-las?

Tudo indica que o governo está estudando a melhor maneira de adiar as eleições do fim de ano. Mas a oposição luta pela manutenção do calendário eleitoral. Se elas vierem a ocorrer, uma questão se coloca desde já: como participar?

Por Andreas Maia

A realização das eleições municipais de 1980 dependerá dos interesses governamentais. O ministro da Justiça, Ibraim Abi-Ackel vem comentando que as eleições estão constitucionalmente marcadas e que, ao menos na área oficial, tudo se articula em função delas. "salvo se aparecerem razões de ordem superior capazes de ser aceitas pelo governo, tidas como necessárias e ponderáveis".

Oficialmente o governo Figueiredo vem afirmando que o cronograma de organização do PDS (o partido do regime) foi preparado levando em conta as eleições de 15 de novembro próximo. O ministro da Justiça comenta que: "nós estamos preparados para as eleições municipais e não sei se o mesmo acontecerá com os outros partidos, mas isso é problema deles".

No entanto, o proselitismo do ministro não coincide com a realidade, que vem sendo interpretada como uma manobra de despistamento. É verdade que máquina herdada da antiga ARENA vem sendo aceita pela administração governamental no sentido de apresentar o seu sucedâneo (o PDS) rapidamente no TSE.

Dinheiro e poder o regime os tem suficientes. No entanto, a intenção velada do regime, com a reforma partidária, era também de alterar o calendário eleitoral, fundamentalmente num ano em que se prevê um aguçamento da crise econômica e a exacerbação de suas consequências: inflação, recessão e desemprego.

As eleições de 1980 são uma pedra no sapato do regime. Se forem efetuadas, podem adquirir um caráter plebiscitário, onde os grandes centros urbanos poderão dizer novamente NÃO ao regime, como em 1974, considerando-se que o movimento popular de hoje está mais articulado do que antes. Se forem adiadas comprometem a credibilidade da política de "abertura" com a reforma partidária começando por alterar um pleito nacional.

O jogo de esconde-esconde do governo tem levado algumas irritações em áreas potencialmente aliadas. O senador biônico Afonso Camargo Neto, dissidente arenista e hoje integrado ao Partido Popular pergunta se este "é ou não é um país sério". O governo, continua o biônico, "deve ter a coragem de admitir que pelo menos até agora, não quer as eleições este ano", pois "foi criada uma incompatibilidade entre o calendário eleitoral e o da reforma partidária".

Nas áreas da oposição já se conta como certo o adiamento, especulando-se apenas qual será a forma que o governo irá propô-lo. Para o deputado federal Antonio Carlos (MS), um dos parlamentares articuladores do Partido dos Trabalhadores, o "regime fará de tudo para não permitir as eleições deste ano, mas não tem coragem de assumir isto". Mas não faltará alguém para defender o adiamento", conclui o deputado. Também nesta linha de raciocínio, o deputado estadual Geraldo Siqueira (SP) um dos parlamentares recém integrados ao PT, levanta a hipótese do governo usar o TSE, pois este poderá "recomendar" a alteração do pleito em função do atraso na organização dos novos partidos e a medida apareceria como alheia às intenções oficiais. Mas até agora, de



concreto, somente temos um abacaxi que vem sendo empurrado pelo governo para que o Congresso Nacional o descasque, principalmente se vier a aprovar a emenda constitucional do deputado Anísio de Souza (GO) da ex-Arena que adia as eleições para 1982.

Frente às oposições ainda não institucionalizadas a camisa de força da reforma partidária já começa a ser usada como elemento de barganha política. O deputado federal Fernando Coelho (PE), da "Tendência Popular" do PMDB, um dos onze membros da Comissão Nacional Provisória, afirmou na segunda-feira dia 21, que "caso o governo queira mesmo realizar as próximas eleições municipais, muitos políticos que debandaram para outros partidos, como o PTB e o PT, poderão retornar ao PMDB que já dispõe de uma máquina eleitoral melhor montada". O "pragmatismo" eleitoreiro dos que sonham com a "unidade das oposições" em torno do PMDB já está computando nos seus cálculos que apenas os herdeiros dos partidos extintos, na área da oposição (isto é, o PMDB e o PP) terão condições de apresentarem candidatos.

O PT e as eleições

E como fica diante disto o Movimento pelo PT? Há as previsões otimistas, como a do deputado Antônio Carlos, que garantiu que "o PT não enfrentará problemas para convocarem às eleições de novembro".

Mas o PT está se articulando como um partido extra-parlamentar (em meios sindicais, movimentos populares, etc.) e, portanto, não está montado sobre nenhuma máquina eleitoral já existente (ele terá que criá-la praticamente da estaca zero). Apesar de já estar consumada a adesão de vários parlamentares, é justo questionar se as previsões do deputado Antonio

das e otimistas em relação à atual realidade do PT.

Um dos problemas para o PT, caso o governo resolva não adiar as eleições, estará na superação das dificuldades da lei para regulamentá-lo no TSE. Na hipótese do PT não conseguir, qual deverá ser a atitude em 15 de novembro? Duas saídas se colocam de antemão para que os militantes do PT comecem a discutir.

A primeira seria apresentar seus candidatos via PMDB. Mas neste caso algumas dificuldades de ordem prática se apre-

sentam. Para que o PT consiga fazer com que seus candidatos sejam escolhidos nas convenções do PMDB ele terá que investir nos seus diretórios municipais e regionais de modo a ter uma certa força. O que pode ocasionar uma dispersão de esforços na já tão difícil organização do PT. Há a possibilidade do próprio PMDB vir a aceitar tranquilamente a escolha como candidatos de alguns nomes potencialmente bons de urna que estão no PT, mas fica a questão pendente mais importante que é a de se perguntar se vale a pena o PT como um partido de proposta classista e autônoma abrigar-se sobre a sombra do liberalismo democrata-burguês.

A segunda saída, estaria numa campanha pelo voto PT, ou seja, uma anti-campanha na medida em que significaria anular os votos. Esta proposta é menos pragmática, pois não redundaria em vereadores ou prefeitos eleitos. No entanto a proposta do PT não é a de um partido parlamentarista e a campanha pelo voto PT poderá divulgar as posições do partido e medir o seu grau de mobilização entre as massas. Mas aí também aparecem dificuldades. Uma anti-campanha poderá levar o apoio ao PT a um impasse em situações específicas. Vereadores e prefeitos já eleitos poderão ter seus mandatos perdidos e há ainda a possibilidade de setores pró-PT que são hoje hegemônicos em determinados municípios dentro do PMDB, ficarem com seu trabalho esvaziado.

Como enfrentar as eleições de 80 é uma tarefa desde já para o PT discutir. Caso sejam confirmadas, uma luta contra o tempo terá que ser ganha. E a participação do PT nestas eleições poderá ser o primeiro grande teste político nacional da capacidade de autonomia e independência do partido em função da proposta de emancipação da classe trabalhadora como obra da própria classe trabalhadora.

Notícias do PT

A conjuntura para o PT está intensa. Nucleações se propagam por vários cantos do país. Parlamentares federais, estaduais, também em diversos Estados anunciam seu ingresso no partido. É necessário por tanto capitalizar esta situação para o crescimento da proposta. Tendo em vista esta realidade e os obstáculos de sempre na organização, é que a plenária nacional de militantes que estava marcada para o próximo dia 27 foi adiada para o dia 10 de fevereiro. No dia anterior, 9 uma reunião da direção provisória, contando com a participação dos representantes eleitos pelos Estados, elaborará as propostas que serão submetidas, à plenária, para, após aprovação, serem então divulgadas à imprensa.

Santa Catarina

Contando com a presença de várias lideranças regionais e nacionais do do PT, o partido foi lançado no último dia 20 na cidade de Criciúma, no Estado de Santa Catarina. A partir de núcleos já constituídos no Estado-Joiville, Florianópolis e Criciúma — foi formada uma Comissão Coordenadora estadual e eleitos os representantes regionais na direção nacional provisória que vem funcionando neste período. São eles:

Valmir, professor universitário de Florianópolis e Telson, metalúrgico de Criciúma.

Aqui, o manifesto lançado em Santa Catarina no ato do dia 20:

«Os trabalhadores de várias regiões de Santa Catarina, reunidos em Criciúma no dia 20/1/80 para o lançamento do Partido dos Trabalhadores no Estado, o vêm como uma organização política que nasce das lutas, greves e mobilizações populares e também dos trabalhos junto à comunidade de base. O PT representa o caminho para os trabalhadores que sentiram a necessidade de se organizarem politicamente de forma totalmente independente da classe que hoje se encontra no poder e que mantém os assalariados atrelados a um sistema imposto há muito tempo pelos patrões.

Até hoje os partidos existentes representam os interesses dos patrões procurando iludir os trabalhadores com uma falsa democracia. Desta forma participamos sempre como massa de manobra onde nossas reivindicações básicas são postas de lado.

Por isso nós trabalhadores catarinenses consideramos que chega de pessoas e partidos que falam por nós. O que queremos realmente agora é um partido nosso. Assim é que acreditamos e lutamos por (segue lista de várias reivindicações)».

Saindo da clandestinidade e entrando para o PT

Depois de 12 anos na clandestinidade, líder estudantil baiano volta para seu Estado para "assumir a militância no Partido dos Trabalhadores". É o Caetano, da UBES e da ocupação do Colégio Severino Vieira em 1968.

Por Carlos Tibúrcio

Caetano, estudante baiano no final da década de 60, vice-presidente da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) em 1967, líder da ocupação do Colégio Severino Vieira em 1968 (o segundo maior da Bahia), estará de volta ao seu Estado na primeira semana de fevereiro, depois de 12 anos de ausência, passados todos eles na mais completa clandestinidade (ou, quando na legalidade, sob a cobertura de um nome falso).

Em 1963, Aderbal Caetano Burgos já apoiava a luta de camponeses que ocupavam as terras do então Instituto do Açúcar e do Alcool na localidade de Terra Vermelha, na cidade de Cachoeira, próxima da capital.

Em 1964, quando do golpe militar, invade a rádio da cidade e conchama o povo de Cachoeira e de São Felix a resistir. Quase foi preso.

Passado o período de repressão imediatamente após o golpe, deixou o interior e foi estudar em Salvador. Ganhou liderança. Foi pra UBES. Participou ativamente do ME em 1968.

Na clandestinidade, sem nunca ter deixado o país, Caetano foi processado várias vezes pela Justiça Militar (duas na Bahia, uma em Minas e outra em São Paulo). Acusado de militar na POLOP (Política Operária) e no POC (Partido Operário Comunista), recebeu condenações, que nunca cumpriu, de seis a dois anos. Mesmo antes da anistia parcial, já estava com suas penas prescritas.

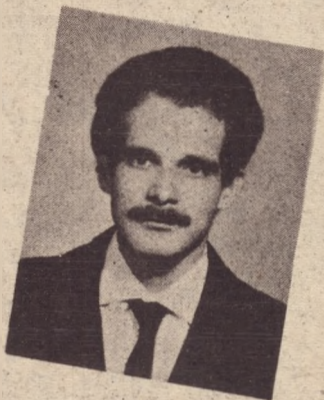
Agora, após se desvencilhar da identidade falsa que utilizava para escapar às perseguições do regime, Caetano reassume o seu verdadeiro nome e volta para a Bahia, para a sua família.

De malas prontas, ele fala sobre o que irá fazer agora em termos políticos.

Qual é o seu caminho político agora?

— Estou certo de que é o do Partido dos Trabalhadores. Acho mesmo que o PT é a realização do "sonho" estratégico que a esquerda revolucionária veio alimentando nesses últimos 20 anos: a organização e o destino dos trabalhadores sendo traçados pelos próprios trabalhadores. O que eu temo é que a maioria dessa esquerda não esteja percebendo esse fato histórico e acabe contribuindo para a atrasar a construção do PT, que é sem dúvida a resposta mais correta para a conjuntura que vivemos no país.

Para fazer uma comparação, eu diria que a importância do PT hoje deve ser vista como um "salto de qualidade" semelhante ao que passou a consciência dos trabalhadores do início do século no Brasil, ao superar o sindicalismo anarquista e se engajar na construção do Partido Comunista.



Caetano, nos tempos da Bahia

— Como a esquerda revolucionária pode contribuir para a construção do PT?

— Antes de tudo, superando o "vanguardismo", que só contribuiria para o isolamento do PT. É preciso entender que o projeto é de se construir um partido de massas, que de fato seja o movimento vivo e organizado politicamente dos trabalhadores.

Aliás, eu acho que o primeiro grande passo para o projeto do PT se fundir com as massas trabalhadoras já foi dado. Foi a superação, pelas lideranças sindicais, da idéia de um partido "purista", só de operários. Esse passo só será completado, no entanto, quando a esquerda romper com o que resta de suas visões vanguardistas.

Existe quem defina o PT como uma frente de esquerda. O que você acha disso?

— Acho errado. Limitar o PT a uma idéia de frente de esquerda, ou mesmo à idéia de fazer uma frente de esquerda para "ganhar os trabalhadores", é diminuir o significado e o alcance da proposta. É não ver que o PT é um partido de massa e que, por ser de massa, será capaz de formar os melhores quadros entre os trabalhadores. Repito: a idéia correta é a de fundir o PT com o movimento real dos trabalhadores.

— Chegando à Bahia, então...

— Ah! Procurarei os velhos companheiros e amigos (depois de matar a saudade com a família, é claro) e me apresentarei em um dos núcleos do PT para ser militante. Daí, passarei a defender dentro dos organismos do partido uma política de massas que se some à dos companheiros que já estão militando para construir o PT como um partido de massas.

Porque Partido dos Trabalhadores

Jorge Nahas

A publicação do Manifesto de lançamento do Partido poderia ter sido a oportunidade para que algumas diretrizes básicas de trabalho e programáticas fossem legitimadas pela massa de simpatizantes do movimento, e para que a direção, em seus diversos níveis adquirisse a autoridade necessária para o encaminhamento do trabalho diário. Sem essa legitimidade, e sem esta autoridade, NENHUM movimento caminha, por mais potencial que tenham suas idéias. Um manifesto de um movimento como o nosso necessariamente acomoda diversas nuances, diversas visões do futuro do PT. É por isso mais necessário que suas posições sejam precedidas de consultas, que exista um aparelho partidário que viabilize estas consultas, e que a direção conte com todo o apoio para sintetizar o resultado das discussões e encaminhar o trabalho diário. Qualquer manifesto, feito nas condições em que está o movimento, provoca o descontentamento de um ou outro setor.

A idéia do PT encontra legitimidade em um ponto: acreditamos que a necessidade, um partido desvinculado de quaisquer interesses econômicos das classes dominantes, se encontra latente ou explicitada no seio dos setores mais consequentes da classe operária, da sua vanguarda.

Quem acredita na legitimidade do PT, ou seja, quem acha que os anos de ditadura, de oposição consentida, e de ditadura relativa geraram a consciência da necessidade deste partido no seio dos movimentos operário e popular, aflui ao PT. Isto é a sua principal força: nós que temos fé no aprofundamento, na

agudização da luta de classes, acreditamos que a idéia do PT tende a ganhar mais e mais setores populares, até então alijados compulsória ou voluntariamente da política.

Nós não achamos que a idéia do PT se encontre amplamente disseminada no seio da classe operária e de outros setores sociais. Mas nós achamos que a idéia do PT está implícita na recusa de participação política nos partidos tradicionais.

O PT introduz uma instância nova na política até então vigente na esquerda. Por diversas razões, os núcleos de militantes se viram atiradas fora da luta de classes. O raciocínio habitual era que o verdadeiro partido revolucionário se encontrava representado naquela pequena agremiação.

Encontrava razão de ser nela mesma, na medida em que acreditavam que o proletariado tinha ali seu porta-voz mais fiel. Por isso, combinavam uma política de organização extremamente sectária (a profusão de siglas é uma mostra), com uma política frentista sem escrúpulos: afinal de contas, o que é bom para minha organização é necessariamente bom para o movimento popular.

O PT é algo de todos nós, mas que transcende a todos nós: apoiá-lo e cuidar dele, trabalhar para ele, fazer com que se torne um instrumento enriquecedor da prática política de SEUS militantes e um órgão partidário verdadeiramente independente, é uma tarefa a ser cumprida.

Os perigos da Lei Orgânica

Raul Pont

É claro que a garantia da democracia interna, do funcionamento azeitado de um partido político dependem, essencialmente, de suas direções, do seu programa, mas o que queremos discutir é até que ponto esse comportamento não é induzido.

A pertinência atual do problema decorre do fato da reforma partidária efetivar-se sob a égide de uma legislação que conserva as mesmas bases da lei anterior.

Mesmo limitativa, a nova legislação não possui força suficiente para impedir a organização do Partido dos Trabalhadores pois este é decorrência direta de uma alteração de força nas relações entre as classes dominantes e os setores assalariados em geral. Mas, o PT para ser massivo, público, precisa legalizar-se, formalizar perante o regime a legitimidade que possui frente as massas.

Nesse momento, coloca-se uma questão. Dependerá apenas da competência, do espírito democrático, do respeito rigoroso aos níveis decisórios para que o PT não corra riscos de burocratização, de vícios parlamentaristas?

Na ocasião em que se discute Manifesto, Programa, Estatutos é necessário que não tenhamos ilusões quando a legislação partidária em vigor.

É claro que o Partido dos Trabalhadores terá que cumprir os requisitos jurídicos. As oposições ainda não conseguiram impor uma relação de forças na sociedade que impusesse ao regime uma derrota frontal e a conquista pelas massas da total liberdade de expressão e organização partidária. Mas, o Movimento Pró-PT deverá, nesse processo, atentar minuciosamente para que seus Estatutos — subordinados a legislação partidária — não venham obstaculizar suas pretensões programáticas de um partido voltado para o fortalecimento e o respeito das decisões da base e de independência ao parlamento burguês.

Enquanto o Movimento Pró-PT consagra a organização de base nos locais de trabalho, de moradia ou por categoria profissional, a legislação impõe a

estrutura geográfica do município e do distrito, que tende fortemente ao voto clientelístico das câmaras de vereadores e das administrações municipais.

Não analisaremos aqui as arbitrariedades mais gritantes da nova legislação mas aquelas questões que envolvem um partido já em pleno funcionamento.

Outro aspecto prejudicial a um partido de massas é a limitação dos delegados das bases determinada pelos votos que o partido alcance na legenda federal na base territorial do delegado. O caráter parlamentarista do artigo nº 40 da nova legislação é acompanhado de um forte teor excludente pois, além do critério anterior, limita ao máximo de 30 (trinta) o número de delegados de um município para as Convenções Regionais. É evidente que um Partido como se propõe o PT, será mais forte nos grandes centros urbanos, cuja representação fica sensivelmente prejudicada em relação aos pequenos municípios.

A tendência ao privilégio parlamentar, instituição cooptadora, por excelência, aos mecanismos de dominação do Estado capitalista, aparecem também nos artigos referentes as Convenções para escolha de candidatos a postos eletivos e no favorecimento das verbas públicas destinadas aos partidos. No primeiro caso, todos os parlamentares (vereadores, deputados, senadores) com domicílio na base eleitoral participam com direito de voto na indicação dos candidatos, favorecendo dessa maneira o continuismo parlamentar. Quanto as verbas públicas, o Fundo Partidário: 10 por cento de seus recursos são distribuídos igualmente entre todos os partidos legalmente registrados e os 90 (noventa) restantes, distribuídos proporcionalmente entre os partidos conforme sua representação na Câmara Federal.

Essas são algumas das questões que devem começar a ser debatidas no interior no Movimento Pró-PT para que no afã da organização massiva, ampla e legal do PT, não acabemos nos submetendo a uma verdadeira camisa de força burocratizante.

assine EM TEMPO:

Sexta-feira:

compre o
EM TEMPO
nas bancas
Cr\$ 20,00

Sábado e domingo:

constate pessoalmente

- * Os principais fatos políticos da semana
- * A melhor cobertura do PT e do Movimento Sindical e Operário
- * História da esquerda brasileira
- * O debate dos grandes temas do socialismo

Segunda-feira:

Faça sua assinatura
para não perder mais
nenhum número

Nome Profissão

Endereço Bairro

Cidade Estado CEP

Estou enviando o cheque nº do Banco

Por assinatura: ANUAL Cr\$ 800,00 SEMESTRAL Cr\$ 450,00

Exterior: INDIVIDUAL US\$ 70,00 INSTITUIÇÕES US\$ 120,00

Rua Mateus Grou 57 - São Paulo - SP - CEP 05415 - Fones: 853-6680 - 280-4759

Campista: dormindo há 30 anos?

Por Tom Duarte

Seguidamente classificada como "laboratório de idéias" do regime, a Escola Superior de Guerra vem tentando adaptar-se aos novos tempos. Se anteriormente só havia tribuna para os homens identificados com a ditadura, os grandes empresários, intelectuais, militares e alguns poucos políticos situacionistas, a nova fase da ESG procura ir mais além, buscando conferencistas no campo oposicionista e entre os trabalhadores. Franco Montoro, o senador paulista do PMDB foi um dos contemplados e falou longamente aos estagiários da "Sorbonne", por exemplo.

E em nome dos trabalhadores quem falou? Lula, Jacó Bittar ou mesmo o pelego Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo? Ledo engano: como divulgou a *Folha de São Paulo* em sua edição de 20 de janeiro, nada mais nada menos que Ari Campista, por ela denominado "experimentado" líder formal de 5 milhões de trabalhadores brasileiros, supostamente dirigidos por ele desde a suntuosa, e ineficaz Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em Brasília.

E que disse o arqui-pelego, que desde os tempos de Getúlio resistia a vento e maré, passando incólume por todos os governos? Muita bobagem para início de conversa. Deitando falação, Ari Campista identificou duas correntes principais no sindicalismo brasileiro, taticamente aproximadas no combate sem quartel à estrutura sindical, mas, segundo ele estrategicamente condenadas à divisão, em função de seus próprios interesses. "Vencida essa etapa preliminar (a luta pela autonomia sindical) de frente única, fundarão e organizarão seus próprios sindicatos, facultados pela liberdade sindical", afirma Campista.

A oposição, segundo ele, teria três componentes básicos: a "confessional", formada pela Frente Nacional do Trabalho (FNT) e Círculos Operários ligados à Igreja Católica; a "ideológica", encabeçada pelo PCB e a "político-partidária", vinculada aos remanescentes dos antigos partidos. Por seu turno, a "Contestação Sindical" abrigaria em seu seio os perigosos militantes do Partido Operário Revolucionário Trotsquista, seção da IV Internacional Posadista, a Convergência Socialista, o PCB (está em todas o velho Partido), a FNT (idem) e os "seguidores do notório Lula".

A formação dessa tendência, segundo o também ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) teria ocorrido por ocasião do Vº Congresso da CNTI, em 1977, tendo como principal porta-voz o nosso modesto EM TEMPO. Segundo Campista, ela

nada teria de construtiva, opondo-se a tudo, sem propor nada de positivo, na melhor postura anarco-sindicalista, "apenas para efeito de raciocínio". Evidentemente, que por trás de tudo está um pavoroso conluio entre as multinacionais, as grandes organizações sindicais internacionais, como a AFL-CIO, a DGB alemã e a Federação Mundial Sindical, "pró-comunista" de acordo com sua classificação.

Nem o PT escapou do "dragão da verdade": para Campista, o PT está infestado de infiltrações esquerdistas, merecedor, portanto, da maior desconfiança.

Embora o próprio Ari Campista tenha se apressado a desmentir as críticas ao PT, na edição de segunda da mesma *Folha de São Paulo*, suas declarações não deixaram de criar imensa alegria entre os articuladores do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio da Silva, o Lula, à frente. Já pensou, perguntou o Lula, se o Campista afirma que está com o PT e não abre? Seria é mais queimativo que as críticas do Golbery, "autênticos" do MDB, Partidão, HP e Paulo Brossard juntos, respondemos nós.

Para o presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, está na hora do Ari Campista acordar, "porque ele está dormindo há 30 anos, está vivendo o Brasil da década de 30 e nós já estamos em 80. E bom acordar, colocar os pés no chão, sair de Brasília, aí ele vai ver quanta asneira foi dita por ele na ESG".

A julgar pelo que falou Lula, o "tutu" que segundo Campista teriam sido enviados pelos sindicatos alemães para financiar a greve do ABC (dois milhões de marcos nas contas do Campista) ficaram pelo meio do caminho. "Essa pessoa (o portador do dinheiro) deve ter parado na CNTI e deixado o dinheiro lá afirma o Lula. A não ser que esses dois milhões de marcos tenham servido para o governo ou para os membros da CNTI pagar os dois dias de greve para a Volkswagen e para a Mercedes Benz, porque para os dirigentes sindicais e os trabalhadores, ele não veio".

Ari Campista dormindo? Nada disso, o pelegão está muito bem desperto, como provou com a rasteira que aplicou nos que pretendiam lançar chapa para o próximas eleições da CNTI, ao publicar quase clandestinamente o edital de convocação no Diário Oficial, ainda por cima, no período de Festas de fim de ano. Esta acordado, mas antes de tudo esmerando: nos novos tempos, com o avanço das lutas dos trabalhadores, dificilmente ele terá condições de se segurar no galho por muito tempo como tem feito até aqui. A hora está chegando. Vade retro Ari Campista.



Ari Campista

Delfim quer repetir os "índices" de 73

Por Eder Sader

No dia do afastamento de Rischbieter do Ministério da Fazenda, Delfim Neto ganhou mais uma parada na sua carreira política. Mas ele sabe também que agora, concentrando todo o poder da área econômica, está jogando este ano sua cartada decisiva. Se falhar, seus sonhos de tornar-se o primeiro presidente civil depois de 1964, vão pro beleléu.

Falhar no que? Qual é o objetivo que Delfim tem que alcançar agora para continuar sua corrida pro poder?

Entre a inflação e a recessão

Qual o objetivo? A fórmula mágica do "combate à inflação sem cair na recessão" serve ao menos para revelar qual é a orientação do nosso robusto ministro do Planejamento. E essa fórmula é importante não tanto porque corresponda a alguma das complicadas teorias que ele gosta de usar para jogar fumaça nos olhos de estudantes maravilhados. Essa fórmula é importante sobretudo por uma razão política: porque o seu prestígio entre empresários, militares e políticos (indispensável para que seja indicado pelo "sistema" para a sucessão de Figueiredo), depende da sua capacidade em evitar que a inflação leve a economia às bordas do caos, mas mantendo condições para o crescimento de investimentos lucrativos. Muito bem: isso é fácil de dizer mas não tão fácil de fazer numa economia capitalista como a nossa, inserida numa crise mundial de grandes proporções.

Importante no entanto é saber o que ele prepara para enfrentar o desafio. Algum resultado mediocre no combate à inflação mas que assegure os lucros pode muito bem ser um sucesso aos olhos de muita gente. Importante é saber as medidas que ele vai tomar, que efeitos vão ter sobre os trabalhadores.

Segurança para o setor privado

Poucos dias depois de ter colocado outro homem do seu esquema — Ernani Galvêas — no Ministério da Fazenda, Delfim anunciou novas medidas, complementares ao pacote econômico do fim de ano. A correção monetária para o ano de 1980 já foi antecipadamente fixada em 45%, a correção cambial em 40% e a expansão dos meios de pagamento em 50%. Ao se comprometer com esses números o governo se fixou numa meta para o combate inflacionário. A própria Secretaria do Planejamento explica, em nota divulgada à imprensa, que se trata de "dar confiança ao setor privado" ao mesmo tempo em que "engajá-lo na luta contra a inflação".

"Com isto — pontificou Delfim — definimos os parâmetros da economia. É como se tivéssemos eliminado um pedaço do passado, porque a inflação passada não será jogada para o futuro".

Pois é, esse jeito de "anistiar" a inflação passada só pode despertar desconfiança entre os trabalhadores. A inflação do ano passado foi de quase 80% e a média dos reajustes de 44%. A média dos trabalhadores perdeu 36% e não tem nenhuma disposição de eliminar esse pedaço do passado. Eles querem é recuperá-lo. Ora, de acordo com a nova política salarial, os reajustes são determinados a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período coberto entre um e outro dissídio. Logo, a perda de poder aquisitivo do ano passado terá que ser recuperada no próximo dissídio. A menos que estejam preparando argumentos para justificar um novo assalto contra o bolso dos trabalhadores.

Uma mentira atrás de tudo isso

Fomos ouvir Walter Barelli, economista responsável pelo DIEESE. Que efeitos essas medidas podem ter sobre os salários?

Por enquanto nenhum, porque os reajustes continuam fixados pelo INPC. O problema virá, concorda Barelli, se os patrões vierem dizer depois que tiveram seus preços fixados abaixo do INPC e quiserem limitar os reajustes.

Mas falando da meta governamental de diminuir extraordinariamente a inflação, diz Barelli que "tem uma mentira atrás de tudo isso. A inflação de 79 foi artificialmente elevada para permitir a

aparência de uma grande redução neste ano. O custo de vida subiu nos últimos meses do ano passado — principalmente setembro, novembro e dezembro — muito mais que a média do ano, por causa de aumentos antecipados." Com isso, a inflação habitualmente elevada dos 3 primeiros meses de cada ano, será reduzida este ano. Tendo concentrado os aumentos no fim de 79, "não chegar aos 45% este ano já será um péssimo resultado, fruto da incompetência".

Quem perde e quem ganha

Barelli aponta o efeito psicológico das medidas, no sentido de induzir os empresários a fixarem-se em torno do índice de 45%. E, por outro lado, o fato de que asseguram a rentabilidade para os investidores e financistas estrangeiros.

Mas o que acontece se a inflação superar os 45%, hipótese a mais provável, segundo a maior parte dos especialistas?

Aí, diz Paul Singer — economista do CEBRAP — "os mais fracos é que vão sofrer. Porque, se por exemplo a inflação for de 60%, é claro que nem todos os preços vão subir por igual: alguns vão passar dos 70% e outros vão ficar na marca dos 45%. Os depositantes do FGTS, de caderneta de poupança, os que tem casa para alugar — enfim, os que têm os preços fixados a partir dos índices das ORTN — vão perder, porque seus reajustes vão ficar abaixo da inflação".

Do mesmo modo que Paul Singer, o deputado e economista Eduardo Suplicy não crê que a inflação seja contida nos 45%.

Indagado sobre o significado da últimas

medidas, ele apontou para o interesse do governo em "assegurar aos investidores a limitação dos riscos e de assegurar aos que tomam recursos emprestados de que, na medida em que a inflação superar os 45% — como se pode prever — existe a garantia de créditos subsidiados."

"A demanda por créditos será grande e pode-se prever uma retomada de investimentos, evitando-se assim uma fase recessiva. A questão é saber quem vai pagar a conta." E de fato, quanto mais a inflação superar os 45% — chama a atenção Suplicy — mais se beneficiarão os tomadores de crédito subsidiado. Desde que a inflação se mantenha dentro de limites que não ponham em risco o funcionamento global do sistema. "Mas na verdade, concluiu o deputado paulista, a inflação só continua porque há os que dela se beneficiam".

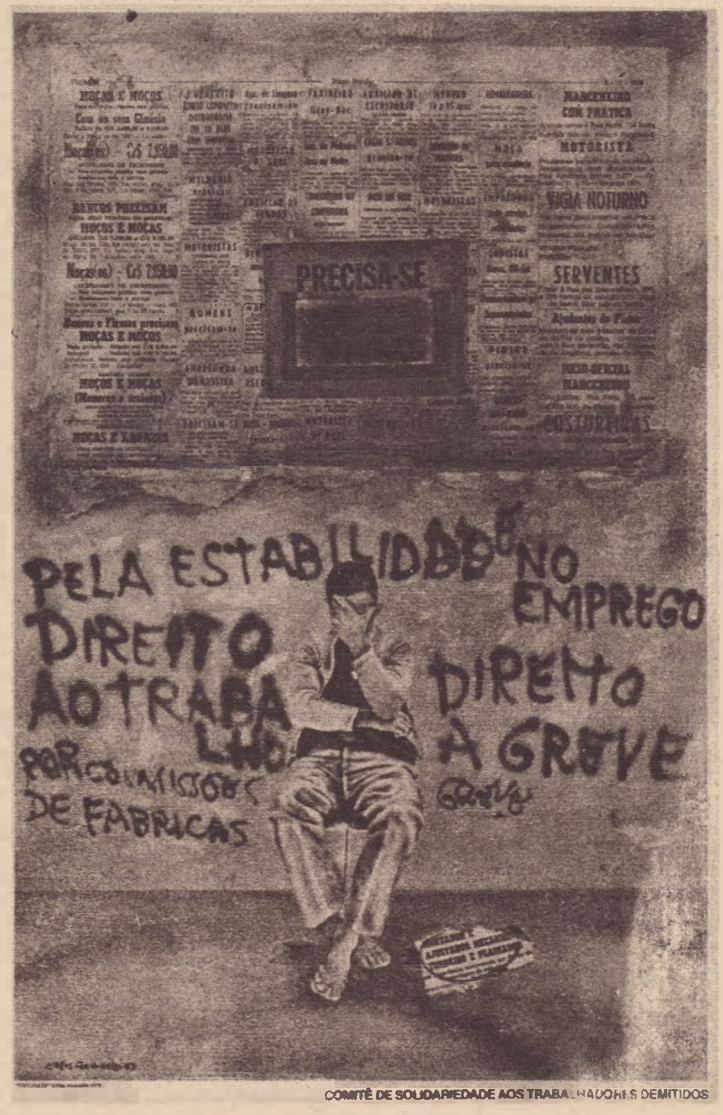
Dona Aparecida e os banqueiros

Hoje leio nos jornais que banqueiros e investidores estrangeiros receberam bem as novas medidas de Delfim, encaradas como garantia pra que façam aplicações em nosso país com boa rentabilidade.

Leio também que o governo, na sequência da política de contenção de preços, determinou que o preço do feijão preto ficou fixado em 23 cruzeiros.

Mas hoje ainda, minha sogra, dona Aparecida, que aparentemente não leu os jornais, foi ao super-mercado e voltou dizendo que não poderemos continuar comprando feijão. Feijão preto sumiu e os outros estavam Cr\$ 35,40. Eu lhe disse do que estava nos jornais mas ela não deu importância. Diferentemente dos banqueiros e investidores estrangeiros, dona Aparecida não confia nas medidas do governo.

O cartaz do Comitê acha-se à venda na Frente Nacional do Trabalho, Av. Ipiranga, 1.267, 9º andar e na FASE, R. Loefgren, 1.651 São Paulo





Intersindical se reorganizou no Sul

Dia 19 em Caxias do Sul reuniu-se, depois de algum tempo de desmobilização a Intersindical Sul, retomando as discussões, por pouco tempo interrompidas, sobre as necessidades das direções sindicais buscarem formas eficientes de ação conjunta. A própria organização da Intersindical foi um dos pontos muito discutidos no encontro, onde os sindicalistas concluíram que essa era, além de uma atitude de auto-defesa da atividade sindical, uma forma de viabilizar e estimular uma vinculação maior entre as direções e as bases. Nesse sentido o movimento sindical de Caxias do Sul, cidade sede do encontro, é um bom exemplo de unidade e ação conjunta. A reunião realizou-se no «prédio dos sindicatos», isto é, num edifício de 5 andares construído de forma cooperativa por 9 sindicatos de trabalhadores na indústria que ali tem sua sede própria e mantém um serviço unificado de assistência médica e jurídica, um auditório comum e reuniões periódicas para troca de experiências.

A busca de unidade e autonomia do movimento sindical e a necessidade dos trabalhadores melhor se instrumentarem em seu enfrentamento com os patrões e o Estado foi o eixo que permeou todo o encontro. Foi com esse objetivo que se discutiu a política salarial do governo e a necessidade de fortalecer o DIEESE.

Hoje mais do que nunca, quando o próprio Murilo Macedo diz-se em dificuldades para fornecer aos sindicatos os índices de preço ao consumidor (novo nome do índice de custo de vida) e quando a presença de Delfin Neto como dono dos Ministérios, aponta um novo período de desvalorização da manipulação de dados, os trabalhadores precisam ter estudos dignos de confiança para basearem suas reivindicações. E só uma entidade dos próprios trabalhadores como o DIEESE, que é mantido pelos sindicatos é digno de confiança. Mas os trabalhadores do Rio Grande do Sul desconhecem essa entidade, que conta apenas

com 50 sócios em todo Estado. As Federações, na sua maioria pelegas, desestimulam a filiação, como forma de manter sua influência e fazer a política dos patrões. Assim a filiação massiva dos sindicatos gaúchos ao DIEESE é uma das conclusões e das tarefas da Intersindical Sul.

Semana Sindical Independente

Com o sucesso da comemoração do 1º de maio em S. Bernardo em 1979, o governo pretende mudar de tática. Não querendo mais passar pelo vexame do ano passado, quando a festa organizada pelas autoridades e federações pelegas foi um fracasso, o governo não vai subsidiar a festa do capote, deixando que as federações pelegas se entendam com os sindicatos combativos. Assim, o debate que começou na Intersindical em torno da organização da Semana Sindical Independente ganha novos contornos e ainda não está definido. Alguns sindicalistas como João Marques, do sindicato do vestuário, acham que os sindicatos combativos devem continuar marcando sua posição de Independência e difenciando-se dos pelegos como forma de fortalecer o movimento sindical. Outros, como Olívio Dutra, entendem que a organização da Semana Sindical, em conjunto com as federações é uma forma de levar um debate mais aberto para dentro dessas entidades, chegando até os sindicatos sob sua influência mas que não necessariamente sejam pelegos. O debate está apenas no seu início e nenhuma dessas posições é acabada, mas uma coisa é ponto fechado e da qual ninguém abre mão: os organizadores da Semana devem batalhar por uma intensa mobilização e participação das bases e dessa forma manter o caráter de independência, de crítica aos patrões e ao governo que é que vem caracterizando a atuação da Internacional gaúcha desde sua formação e as duas Semanas sindicais Independentes realizadas nos anos anteriores.

(Da Sucursal)

seguirem um atendimento mais sério e melhores condições sanitárias e de higiene nos internamentos. Caso isso não seja possível, reivindicam a transferência do Funrural para Tenente Portela, cidade vizinha. Mas essas simples reivindicações ainda não foram conseguidas.

Nessa segunda-feira, dia 21, os colonos mandaram uma pequena comissão de oito pessoas tomar conhecimento de como anda o caso do hospital; caso nada tenha sido encaminhado pretendem fazer um acampamento simbólico na rua da Praia, levando ao conhecimento da população da capital a sua história, que é a história de milhares de pequenos agricultores não só no Rio Grande do Sul mas em todo o Brasil.

Em Miraguai, Tenente Portela e Humaitá, municípios do Alto Uruguai, região de pequenos plantadores de soja e trigo, já existem assembleias marcadas esperando a volta da comissão que veio a Porto Alegre. Caso nada tenha sido resolvido, os colonos pretendem organizar uma grande marcha sobre a capital, dispostos a acamparem nas ruas principais da cidade até que suas reivindicações sejam aceitas.

Colonos de Miraguai RS Querem assistência médica

Os colonos de Miraguai, que já estão no terceiro ano de luta para melhorar o seu atendimento médico, esta semana voltaram à Porto Alegre.

Da última vez que vieram à capital, em outubro, fazendo uma passeata no centro de Porto Alegre e exigindo da procuradoria geral do INAMPS a solução de seus problemas, foram despedidos depois de muitas promessas das autoridades médicas e do próprio governador Amaral de Souza. Mas como todas as autoridades não passam de um bando de pelegos que há anos prometem soluções e só cuidam de atender os interesses das grandes empresas, os colonos de Miraguai continuam morrendo de fome e lutando.

As reivindicações dos colonos são simples — querem substituir o médico Mario Terrazas responsável pelo hospital de sua cidade como forma de con-

Bancários / POA

Festa apesar da intervenção

Os bancários de Porto Alegre, no dia em que seu sindicato completava 47 anos, não tiveram acesso à sede de sua entidade. Sob intervenção desde a greve de setembro, as portas do sindicato permaneceram todo dia 18 fechadas aos seus associados. Mas, nem por isso, os bancários deixaram de comemorar a data de fundação de sua entidade, pois o sindicato dos trabalhadores na indústria do vestuário, que no último ano tem cumprido um papel de destaque no movimento sindical de Porto Alegre, cedeu sua sede para a festa dos bancários.

No meio de muita música, compostas e executadas por trabalhadores de diversas categorias profissionais, circulavam os representantes mais expressivos do sindicalismo brasileiro. E a festa logo se transformou num comício, onde mais de quatrocentas pessoas ouviram Lula, Arnaldo Gonçalves, de S. Paulo, João Paulo Vasconcelos, de Minas Gerais, Agnaldo Magalhães, do Rio, Mauro da Costa dos petroleiros e João Paulo Marques do Vestuário de Porto Alegre, entre outros num ato de solidariedade com a categoria bancária e de protesto pela intervenção no seu sindicato.

Além da intersindical nacional e dos sindicatos mais expressivos de Porto Alegre estavam presentes antigas lideranças sindicais, como José Antonio Luiz, sócio fundador do sindicato dos bancários e que ainda hoje, aos 83 trabalha visitando a categoria e fazendo campanhas de filiação ao sindicato. As lideranças sindicais cassadas em 64 também se fizeram representar, bem como o Movimento Pró PT e a Corrente Popular do PMDB.

Montes Claros/MG

Vem aí associação metalúrgica

A cidade de Montes Claros cidade do norte de Minas Gerais, tem hoje aproximadamente 10 mil trabalhadores. Lá estão instalados frigoríficos (O Frigorifício), algumas metalúrgicas, além da fábrica de bicicletas da multinacional francesa Peugeot.

Há algum tempo elementos mais combativos resolveram partir para a organização de uma Associação dos Metalúrgicos, primeiro passo para a formação de um sindicato. Apesar da repressão e dispensa dos líderes do movimento, os trabalhadores estão passando um abaixo-assinado pró-formação da Associação que, mesmo com chuvas e trovoadas, vai sair mesmo.

Curtas

* Terminou na segunda-feira, 21, a greve dos lixeiros de Juiz de Fora, depois que a Prefeitura local readmitiu 70 trabalhadores dispensados por participar da greve contra atraso no pagamento do 13º e dos salários de dezembro.

* Tomou posse na quarta-feira, 23, a nova diretoria da Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo (ASUSP). Eleita com 50 por cento a mais de votos que as outras concorrentes, a diretoria eleita foi impulsionada pelo Movimento de Oposição (MOA-SUSP), que dirigiu a greve do ano passado, e quebra a hegemonia de pelegos e acomodados que durante 17 anos dirigiram a entidade.

As tramoias da Wallig

Os 1200 operários da Wallig Sul, fabricante de fogões e outros peças estão na rua. Desde dia 10 de janeiro que a fundição parou alegando falta de material evitando assim uma greve que já estava sendo articulada, onde os operários exigiriam o pagamento de salários atrasados. Essa não seria a primeira greve por atraso no pagamento. Já há alguns meses que, não acreditando mais nos patrões, os operários cruzaram os braços e em menos de um dia receberam seu salário. Mas desta vez parece que a coisa está pior. O 13º ainda não foi pago, assim como o salário das três primeiras semanas de janeiro.

Todo o pessoal da empresa continua batendo seu cartão de ponto, mas por falta de iniciativa do sindicato que, por sinal, fica na frente da Wallig, a grande maioria continuava desmobilizada. Vendo que a situação iria perdurar muito e que a fome já começava a bater, alguns operários mais combativos exigiram uma ação do sindicato, que negaceou enquanto pode a convocação de uma assembleia geral. Até então, o advogado do sindicato, mais parecia defender os interesses dos patrões do que dos operários, quando procurado aconselhava os metalúrgicos a pedirem demissão, individualmente. No decorrer da Assembleia realizada na 6ª feira mudou de idéia e propôs-se a encaminhar o pedido de rescisão indireta, onde o trabalhador pode pedir

rescisão do contrato por justo motivo, garantindo assim todos os seus direitos.

Mas as condições que envolvem o fechamento da Wallig ainda são muito nebulosas. Há dois anos que não deposita o FGTS e várias empresas credoras já entraram na Justiça pedindo sua falência. No entanto, todas, sem exceção, desistiram do pedido. Isso é um indicador de que ou as dívidas foram pagas, ou existe interesse em não executar uma concordata.

Apesar da situação dos operários já estar mobilizando muita gente, inclusive com o DCE-UFRGS fazendo campanha de alimentos, e de uma comissão de operários ter percorrido todos os jornais da cidade, a imprensa fala da escrita parece ignorar o caso. Nos meios jornalísticos comenta-se que «baixou» uma ordem de não se tocar nos assuntos. É claro que estas ordens nunca vêm acompanhadas de explicações, mas ao que tudo indica, o governo do Estado tem algum interesse na jogada, pois no final da semana passada o secretário do Trabalho, Celito Degrandi viajou a Brasília acompanhado de um dos diretores da empresa.

Um boato que corre entre os operários é que toda sua situação faz parte de um acordo por «baixo do poncho» entre a Wallig e a multinacional alemã representada pela Mercedes do Brasil, que compraria a fábrica gaúcha por um preço bem abaixo de seu valor.

BH: Bairros se mobilizam

Reunindo cerca de 250 moradores de 32 bairros da Periferia da Grande BH, realizou-se no último domingo (20/1), a 1ª Assembleia Geral do Movimento Pró-Federação de Associações de Comunidades da Grande BH, portando faixas exigindo «atendimento de nossas reivindicações» e reivindicações bem concretas como «Vila Cemig quer Escolas» os moradores da periferia que lotaram o Salão do Sindicato dos Bancários demonstraram o crescimento e a força do movimento. Um dos pontos principais da Assembleia foi a cobrança das reivindicações apresentadas às autoridades em resposta à campanha oficial». E na sua opinião?». Com essa campanha o Governo Francelino Pereira quis aparentar uma mudança nos métodos de planejamento, agora «democrático». Em vez de enviar cartas à Secretaria de Planejamento com «queixas e reclamações» os moradores resolveram apresentar suas reivindicações coletivamente. E convidaram o Governador, o Secretário de Planejamento e Prefeitos da Região à Assembleia para que dessem as devidas respostas (Ver ET. 96). As autoridades, no entanto, não compareceram, tendo enviado representantes apenas o Prefeito de BH, o Secretário de Planejamento e o Governador. Após a leitura das reivindicações eles demonstraram não ter respostas concretas e alegaram «não ter ainda concluído os estudos das reivindicações».

Os participantes, em seguida, passaram a levantar as várias

questões que devem estar prejudicando os «estudos» dos tecnocratas do governo denunciando as péssimas condições em que vivem os moradores da periferia e arbitrariedades como a expulsão de representantes de moradores do gabinete do prefeito, quando se dirigiam para uma audiência já previamente marcada. As denúncias resultaram numa primeira conquista, com o representante do Prefeito de BH se comprometendo a receber as Associações em audiências semanais ou quinzenais, coordenadas pela Comissão Pró-Federação de Bairros.

Após a saída dos representantes, das autoridades, iniciou-se a discussão das próximas atividades do movimento, tendo sido já definidas campanhas pela melhoria das condições de educação e dos transportes. Quanto a organização do movimento, decidiu-se que seria formado um Conselho de representantes, que se incumbiria de programar nova Assembleia para eleição de uma diretoria para a Federação de Associações Comunitárias. A proposta foi aprovada por todos, exceto alguns representantes de Associações, que chegando na última hora, tentaram convencer da necessidade de se fortalecer a Facemg (Federação de Associações Comunitárias do Estado) entidade fantasma, construída de cima para baixo para servir a fins eleitorais do candidato da extinta Arena. O movimento rejeitou a proposta e o Conselho já tem reunião marcada: sábado, 26/1 às 15h no Colégio Sta. Rita (Barreiro).

O camponês na fábrica: "é coisa prá doido"

Z.M., posseiro do Sul do Pará esteve visitando São Paulo no mês de janeiro. Aqui ele fala da vida no campo, da exploração, da luta pela terra. E fala do impacto que lhe causou a visita a uma grande fábrica metalúrgica. "É prá enloquecer qualquer um", afirmou Z.M.

Por Antonina Silveira

ET - Fale um pouco sobre as relações de trabalho no Pará.

— A maioria dos trabalhadores rurais do Pará são posseiros, que é uma condição que ele adquire quando chega e toma posse de uma terra que não é explorada ou compra a terra de outro posseiro. Em geral ele produz arroz, que é o produto mais cultivado, feijão e farinha prá seu uso e prá vender. Tem que entregar a preço bem barato para o usineiro ou para o marreteiro, que chega e faz a transação comercial. Aí não sobra nada prá ele que passa o ano inteiro trabalhando e quando chega no final não tem dinheiro nem prá comprar roupa pros filhos. Vivem numa situação muito ruim, em que falta tudo, só não falta mesmo é o arroz, o feijão e a farinha porque é ele mesmo quem produz. Isso ele tem até com fartura.

— O que ocorre mesmo na comercialização dos produtos, o arroz, por exemplo?

— É aí que se dá a grande exploração do trabalhador rural. A maioria dos posseiros vendeu a Cr\$ 90,00 o alqueire (30 quilos). Agora, depois de seis a sete meses, quem conseguiu guardar, e não foram os posseiros que não têm condições para isso, está vendendo a Cr\$ 230,00 o alqueire. E o posseiro não pode esperar porque ele tem necessidade de vender, pois a ele falta tudo, e mesmo ele não tem como guardar o arroz nem prá secar. Por isso, ele ou vende direto para o usineiro ou entrega para o primeiro comprador que aparecer.

— Existem boias-frias, meeiros, etc. na região?

— Embora 95 por cento seja de posseiros, já tem muita gente que não ficam exatamente na condição de boia-fria, mas que está em condição parecida. Eles são expulsos de suas terras e vão para a periferia da cidade, eles não trabalham mais no campo, ficam trabalhando no que aparecer na cidade.

— Quais são os principais problemas enfrentados pelo trabalhador rural?

— Enfrentamos uma situação conflitiva no Pará. De um lado, estão os latifundiários, de outro o trabalhador rural. Podemos até falar em um pré-conflito que existe quando os pequenos proprietários e principalmente os posseiros enfrentam dificuldades na comercialização do seu produto, são explorados na hora dessa comercialização. Há ainda o problema de transporte que não existem, nem escolas e nem médicos ou qualquer assistência aos doentes.

— E o conflito com os latifundiários?

— O conflito, propriamente dito, se dá quando os fazendeiros chegam com os seus jagunços nas terras dos posseiros e começam a grilar as terras. O pessoal aí tem que, ou desocupar a terra, ou partir para um tipo de resistência qualquer. Muitas vezes, ele acaba perdendo as terras e se transforma em peão, posseiro ou vai mesmo para as cidades.

— Quais são as principais reivindicações?

— A reivindicação maior é a da posse da terra. O pessoal tenta se organizar e ver o que fazer para continuar na terra, muitas vezes são forçados a reagir para garantir esse direito. Atualmente, no Sul do Pará, isso é uma necessidade: o camarada já andou por tudo quanto é canto, vem do Ceará, do Maranhão, de Goiás, então ele faz tudo para não sair de lá.

— Legalmente ele tem direito à terra?

— Existe a lei do ano e um dia, que dá direito à propriedade de acordo com o Estatuto da Terra, após a ocupação por esse tempo de terra sem dono.

— Quer dizer que a principal reivindicação é a aplicação do Estatuto da Terra?

— Sim, essa é a principal, porque o posseiro vive inseguro, ameaçado a cada dia de sair da sua terra.

— E a consciência dos posseiros a respeito de seus direitos?

— Não há uma verdadeira consciência dessa lei de uso da terra, se desconhece o Estatuto. O que há é uma necessidade muito grande da terra, o posseiro precisa da terra para viver. Quando se sente ameaçado, ele reage porque não sabe mais o que fazer, dá um desespero no pessoal que não tem mais prá onde correr e, então, resolve enfrentar a situação ali mesmo.

— E como são os sindicatos no Pará?

— Os sindicatos rurais estão quase sempre contra o trabalhador, porque de fato, eles estão mais ligados à assistência médica e dentária, mais ligados aos patrões do que ao trabalhador rural. Alguns começam a se opor, mas quase todos são pelegos.

— E a repressão policial?

— Quando há conflito, a polícia se coloca ao lado do latifundiário. Há uma união dos jagunços e da polícia contra o trabalhador que só tem ele mesmo a seu favor.

— Vocês lá no campo tem informações do que acontece aqui em São Paulo?

— Há um isolamento muito grande, mas chega sempre uma notícia ou outra, pelos jornais ou por pessoas. Mas a gente sente uma necessidade muito grande de ligar o campo com a cidade, mas essa consciência não é muito grande, acho que é um segundo passo. Não que eu ache que é preciso primeiro resolver os problemas lá e depois tratar desse, porque eles estão muitos ligados. Mas acontece que não dá para falar dessa ligação ainda porque muitos camponeses ficam pensando que os trabalhadores da cidade são os que produzem as coisas caras para eles comprar. Por outro lado, a gente sabe que os trabalhadores da cidade pensam que é o agricultor que vende o arroz e o feijão mais caros para ele. Aí a gente vê que querem jogar o rural contra o da cidade, como se fossem um contra o outro. Mas, na verdade, não é isso quando a gente vê um trabalhador comprar

o arroz ou o feijão mais caros, a gente sabe que esses produtos não são vendidos por nós a esse preço, quem faz o preço subir é o intermediário, é o tubarão que existe na cidade, e que ganha em cima do agricultor e do trabalhador.

— Vocês já ouviram falar nos sindicalistas "autênticos" como o Lula?

— Essa palavra "autêntico" a gente praticamente não tem ouvido. Se ouviu quando o Lula esteve por lá, mas a gente não tem muita informação.

— E o problema do Partido dos Trabalhadores? Como é que vocês vêm a questão?

— Está chegando agora, mas é muito recente, porque as coisas chegam lá sempre atrasadas, só agora se começa a falar. O pessoal do campo é muito de observar as coisas, eles ficam primeiro espiando, procurando ver, não entram logo. O que a gente nota é que o trabalhador rural já foi muito enganado, tem até um ditado que diz que "gato escaldado tem medo de água fria". Então, a gente fica observando, vendo qual é a prática disso mesmo, vendo o que eles fazem, não dá para acreditar só na conversa.

— E o papel da Igreja?

— Tem setores que ajudam e até estimulam o trabalhador rural, mas tem outros que não estão de acordo, tudo varia conforme com a região.

— Você visitou uma fábrica pela primeira vez, aqui em São Paulo. O que você achou da experiência?

— Entrando na fábrica o camarada fica logo espantado porque encontra muita gente trabalhando junta, parecendo cada um peça de uma máquina. Não se vê o pessoal tendo para conversar, ao ver todo mundo ali trabalhando sem parar a gente tem um impacto muito grande, porque não parece gente lidando com gente, como eu já disse, parece mais que é peça de máquina que está ali. Isso me impressionou muito, o pessoal ficar sem tempo prá nada, naquele barulho medonho durante todo o tempo, não sei como eles agüentam.

O que a gente observa é uma exploração muito grande, porque a gente vê, de vez em quando, um escritório onde tem gente mais bem vestida. Há uma diferença muito grande entre aqueles que estão nas máquinas e os que estão nos escritórios. E dá prá ver também que o confronto do operário com o patrão é uma coisa muito mais direta aqui nas fábricas, na cidade, enquanto que no campo se dá de outra forma. A gente vê que na cidade é muito mais brusco; no campo, isso só aparece quando a gente vai vender os produtos ou então quando os latifundiários e os grileiros ameaçam a gente prá sair da terra. Aqui na cidade, parece que o confronto é a toda hora.

— Você se imagina trabalhando numa fábrica?

— Acho que não agüentava uma semana. Ficava doido.



Oposição Sindical IIº Congresso

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, sem dúvida a mais forte e organizada das oposições existentes no sindicalismo brasileiro, está preparando a realização de seu segundo congresso, que deverá ocorrer provavelmente ainda no primeiro trimestre deste ano.

Segundo os dirigentes da Oposição, a pauta do congresso ainda não está elaborada, encontrando-se em fase inicial de discussão nos diversos setores regionais. Para eles, entretanto, o conclave deverá enfrentar necessariamente as questões postas pela conjuntura nacional no último período, marcado principalmente por um vigoroso ascenso nas mobilizações operárias, que se traduziram em mais de três milhões de trabalhadores em greve, em todas as regiões do país, abrangendo, ao mesmo tempo, praticamente a totalidade das categorias.

A articulação com os demais movimentos de oposição sindical, com a corrente combativa do sindicalismo autêntico, enfrentamento da aliança pelegos-reformistas que se uniram para um trabalho sistemático de desgas-

te das oposições (particularmente durante e após a greve dos metalúrgicos de São Paulo em novembro de 1979 e no Encontro de Sindicalistas em Belo Horizonte), bem como a discussão mais aprofundada da nova política salarial do governo deverão fazer parte obrigatória da pauta do Congresso.

No ano passado, nos primeiros dias de março, a oposição promoveu seu primeiro congresso, onde ocorreu uma importante cisão em seu interior. Naquela ocasião, foi discutida a estrutura sindical brasileira, a formação de fábricas, a estruturação e organização da oposição bem como a elaboração do seu programa econômico político. Do programa, além da necessidade de assumir as reivindicações econômicas da categoria, lutar pelo direito de greve e liberdade sindical, os metalúrgicos da oposição sindical definiram como pontos prioritários a luta contra a estrutura sindical atrelada ao estado, a preservação da independência de classe, traduzida no incentivo à formação das comissões de fábrica nos locais de trabalho e a luta pela formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Lançada campanha pela legalização

Numa demonstração da ousadia e dinamismo do movimento feminista, um grupo de 40 mulheres cariocas, militantes do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e do Centro da Mulher Brasileira realizou dia 16/1 a primeira manifestação em favor da legalização do aborto no Brasil. Foi em reação à prisão das jovens Marcia Dantas e Maria da Conceição Brito, acusadas de terem se submetido a aborto, do médico Carlos Roberto da Silva e da enfermeira Maria Ivone Schnitz, acusados de terem praticado estes abortos.

Por Lígia Rodrigues e Karen Leone

O grupo de mulheres se concentrou frente à Divisão de Capturas, na rua Marechal Floriano, no Rio, afirmando protestar contra estas prisões e pedir informações sobre o paradeiro das jovens, supostamente presas na dita delegacia.

Informadas de que tal não era o caso, elas se dirigiram ao Palácio da Justiça, tentando levar seu protesto ao juiz Alberto Mota Moraes, ao qual o flagrante havia sido distribuído. O magistrado não permitiu a manifestação, expulsou as mulheres de seu gabinete e, mostrando sua "imparcialidade", declarou: "não admito solidariedade com atos criminosos. Felizmente, o aborto é proibido no Brasil." Ele acabou permitindo que as duas advogadas do grupo tivessem vistas ao processo ainda no mesmo dia.

Esta manifestação foi uma iniciativa conjunta do Coletivo de Mulheres e de algumas militantes do Centro da Mulher Brasileira, que redigiram o manifesto, distribuído à imprensa, e o submeteram, assim como a idéia da concentração de protesto, à Coordenação do movimento de mulheres do Rio (neste momento preparando o 1º Encontro da Mulher Carioca).

A ilegalidade do aborto
O ato mereceu da imprensa carioca, jornais e TVs, uma cobertura jamais antes concedida a nenhuma acontecimento ligado ao movimento feminista - no dia seguinte, o assunto ocupava um grande espaço em todos os jornais e a TV Bandeirantes o apresentou com destaque em seu jornal nacional.

Este interesse da imprensa dificilmente po-



de ser explicado somente pela preocupação jornalística de explorar os acontecimentos. Na verdade, a questão do aborto está hoje na ordem do dia em dezenas de países. No Brasil também interessa às mulheres eliminar a ilegalidade do aborto (o art. 126 do Código penal pune com pena de 1 a 4 anos quem procoo aborto com consentimento da gestante e o art. 124 com pena de 1 a 3 anos quem provoca aborto em si mesma ou consente que outro o provoque). Este interesse não é surpreendente quando se sabe que o número de abortos por ano no Brasil anda em torno de 3 milhões! Mas sua proibição pela lei, como bem analisa o documento das feministas, dificulta ou impossibilita que as mulheres exerçam o justo direito de controlar seus corpos e só interessa aos donos das clínicas clandestinas que cobram hoje, no Rio, de 7 a 20 mil cruzeiros.

A questão política
Mas afinal, por que a luta pelo direito ao aborto? A luta das mulheres pelo controle de seus corpos, além de reivindicar um justo direito, é um passo central para sua libertação e inscreve-se na sociedade de classes, dentro de uma perspectiva revolucionária. Um dos grandes méritos do movimento feminista é ter apontado a importância da questão do controle da reprodução.

Em nossa sociedade, o condicionamento do corpo a ser um instrumento de produção e jamais de prazer, é um dos instrumentos da dominação. No caso específico das mulheres, mesmo hoje, mais de 100 anos depois de terem começado a entrar no mercado de trabalho, toda a socialização as dirige preferencialmente à reprodução - única forma de produção vista como "natural" para o seu sexo.

A dominação sobre seus corpos se exerce através da assimilação de sua sexualidade à função reprodutora: esta ideologia aliada ao desconhecimento em que elas são deixadas quanto a seus corpos e os métodos anti-concepcionais, possibilita a manipulação da massa de mulheres. Elas são impulsionadas para o mercado de trabalho e submetidas a políticas anti-natalistas autoritárias ou forçadas a voltar a suas casas através de dificuldades de acesso aos empregos e à contracepção, de acordo com os interesses econômicos da classe (ou casta) dominante num dado momento. Não podendo controlar os corpos das mulheres, e portanto a própria reprodução da força de trabalho, o sistema perde um dos seus instrumentos essenciais de dominação.

A manifestação carioca do dia 16 indica que a luta pela legalização do aborto ensaia seus primeiros passos no Brasil. O acontecimento certamente terá repercussão entre as feministas das outras cidades. Com a palavra as mulheres.

ABORTO



As muieres frente ao juiz

Brasil: 3 milhões de casos por ano "Denunciamos esta hipocrisia"

A nota lançada pelas mulheres cariocas

Uma notícia publicada no *Jornal do Brasil* de 9/1/80 chamou nossa atenção: a prisão de um médico e uma enfermeira acusados de praticar abortos na Clínica Jacarepaguá. Foram também presas as duas jovens supostamente submetidas ao aborto e seus respectivos noivos. Como feministas, queremos tomar posição não só frente ao caso em questão, mas de forma mais geral, com relação ao aborto. Esta questão é mais um elemento no contexto da opressão secular da mulher.

Nós, mulheres, desconhecemos nosso corpo e nada sabemos a respeito dos métodos de contracepção. A manipulação do corpo feminino se completa com a proibição do aborto, configurado como crime pelo Código Penal, passível de pena de prisão. E apesar disto, estima-se em 3 milhões o número de abortos por ano no Brasil! As condições em que são praticados são diretamente relacionadas com a classe social: para as mulheres de classe baixa, as fazedoras de anjos e os abortos sem nenhuma condição de higiene que quase sempre terminam em hemorragia e em curetagem a frio nos hospitais públicos; para as de classe média, existe nas grandes cidades uma rede para-legal de clínicas, onde as condições de atendimento podem ir de más a muito boas e o acesso às mesmas depende da capacidade financeira da paciente.

Nos fundamentos desta contradição hipocrisia, arqui-conhecida pelo Estado e a sociedade civil — ilegalidade do aborto e proliferação das clínicas privadas — encontra-se como pano de fundo, a questão da opressão da mulher e, especificamente, a política nacional de saúde, anti-social e promotora da assistência médica privada cujo único e imediato objetivo é o lucro e a comercialização da medicina.

Mas, mesmo se as mulheres de classe média têm acesso a clínicas melhores e nas quais o risco de vida é menor, o problema para elas não está resolvido: a configuração do aborto como crime lhes causa profundos traumas psicológicos, acentuados pela reprovação da sociedade e da família e pelas atitudes dos médicos e enfermeiras, raramente de solidariedade e comumente de chacota ou condenação. Agrava-se a situação com o perigo sempre presente de complicações com a justiça e o risco de

elevado, são impostas condições que só facilitam o lucro.

Como feministas, reivindicamos que as mulheres tenham o direito de controlar seus corpos, de optar por ter ou não filhos, em número desejado. Por um lado, isto implica em que elas tenham um amplo conhecimento de seus corpos e dos métodos anti-concepcionais, acesso a estes métodos e o direito ao aborto como último recurso. Por outro lado, é necessário também que as mulheres que desejem um filho tenham condições materiais para realizar sua maternidade. Por condições: materiais entendemos salários decentes, assistência médica pública de boa qualidade, existência de creches, equipamentos coletivos e a socialização do trabalho doméstico.

Denunciamos, portanto, a hipocrisia da ilegalidade do aborto, defendemos a sua legalização e protestamos energeticamente contra as prisões realizadas na Clínica de Jacarepaguá.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1980.

(Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, Centro da Mulher Brasileira, Sociedade Brasil Mulher, CEAMI Centro de Estudos e Atendimento à Mulher e à Infância, Departamento Feminino da União Estadual de Estudantes RJ e Departamento Feminino do DCE-UERJ.)

VOCÊ:

entre também na luta

Para protestar contra a prisão das mulheres, do médico e da enfermeira envolvidos no caso da clínica de Jacarepaguá, no Rio, os grupos que assinam os manifestos do Rio e São Paulo pedem que sejam enviadas cartas ao juiz e ao promotor que atuam no processo instaurado.

JUIZ: Alberto Mota Moraes
PROMOTOR: Rodolfo Ceglia
4º Vara Criminal, Palácio da Justiça
Av. Presidente Antonio Carlos, 115,
Rio de Janeiro, RJ.

"Queremos ter os filhos que desejarmos"

Das feministas de São Paulo

Nós, mulheres de São Paulo, tomamos conhecimento da prisão de 2 mulheres acusadas de terem abortado, do médico e da enfermeira que teriam praticado o aborto na Clínica de Jacarepaguá no Rio.

Juntamente com as mulheres do Rio de Janeiro, reivindicamos o direito das mulheres a controlarem seu corpo, o direito a informação sobre os métodos anticoncepcionais e ao acesso a estes métodos, o direito a assistência ginecológica pública de boa qualidade.

Queremos ter os filhos que desejarmos. Mas para isto necessitamos salários decentes, assistência médica, creches, escolas, equipamentos coletivos que nos são

negados por essa mesma sociedade que pretende condenar-nos. Essa sociedade que nos atribui a responsabilidade exclusiva no cuidado e na educação dos nossos filhos ao mesmo tempo que legalmente nos coloca em posição de inferioridade.

Denunciamos pois a hipocrisia da ilegalidade do aborto, defendemos sua legalização e protestamos contra as prisões realizadas no Rio.

S. Paulo, 19 de janeiro de 1980

(Associação das Mulheres, Grupo Nós Mulheres, Centro da Mulher Brasileira)

Uma luta internacional

Está em curso uma campanha internacional pelo direito ao aborto e à contracepção e contra a esterilização forçada. A movimentação começou em junho de 1979 na Inglaterra. A idéia já havia sido lançada anteriormente quando da realização de um encontro internacional de mulheres em Veneza, na França, em maio de 1977. Aqui, um apinhado de como a mobilização veio se desenvolvendo na França no final do ano passado.

No fim do ano passado, a Assembléia Nacional francesa aprovou uma nova lei regulamentando o aborto. A lei, que leva o nome da Ministra Simone Veil, é uma versão invertida da velha legislação de 1920. Os diversos grupos feministas, incapazes de fazer mexer a Assembléia dominada pela direita, prometem continuar a agitação em prol de uma lei que realmente atenda às necessidades das mulheres.

Bastante acesa esteve a campanha pelo aborto livre e gratuito na França. Lá, a interrupção da gravidez ainda é regulada por uma lei de 1920, agora reafirmada, que proíbe a cobertura pelo Seguro Social das despesas com a operação e, ainda faculta ao médico o direito de apelar para "razões de consciência", caso se recuse a realizar a intervenção. A polémica rapidamente tomou colorações políticas, com a direita emcampando a tese "aborto é assassinato" e assim aproveitando para "votar" que comunista é "comedor de uriancinhas". Mas, paradoxalmente, o PCF é a organização de esquerda menos favorável à legalização irrestrita do aborto.

Em todo o país, sob o patrocínio de diversas organizações da esquerda, sindicatos e grupos políticos, proliferam grupos de mulheres pela pianificação familiar e legalização do aborto, com algumas nuances separando os diversos grupos.

Uma delas, de grande importância, é a questão do prazo após a gravidez até o qual a mulher pode fazer o aborto. Nesse sentido, o PCF aparece com a proposta menos liberal, limitando a doze semanas o prazo. A maioria das organizações no entanto, coloca a questão da seguinte maneira: fazer o aborto até o momento em que o feto não tem possibilidade de sobrevivência fora do útero.



Como a classe média se arranja "Faça aborto, é natural"

Há clínica que dá até brinde — um chaveiro e uma calcinha com os dizeres acima.

Cláudia, 23 anos, estudante e professora de história, fez um aborto pela primeira vez. Quando ficou grávida não estava usando nenhum anti-concepcional. Antes aplicava a tabela, depois se convenceu de que não ficaria grávida nunca. A ginecologista que constatou a gravidez disse: "se você está a fim de abortar, faça-o, mas eu não posso ajudá-la. Volte aqui depois para um exame e trate de tomar um anti-concepcional, é sempre melhor do que um aborto."

A decisão estava tomada: "Não estava a fim de uma criança, não tenho uma vida estabilizada, entrei no mestrado agora, tenho um monte de coisas para fazer. Também não moro com meu companheiro e acho que mesmo se morássemos juntos eu não teria um filho agora."

Nas prisões
"Indicaram-me várias clínicas. Escolhi a que me parecia melhor. Era grande, com dentista e outros serviços médicos, melhor do que uma que tinha até porta de cofre. Em outra clínica a enfermeira controla a porta com uma tranca, as mulheres entram de 5 em 5. Há também clínica que dá brinde: um chaveiro e uma calcinha com os dizeres: "Faça aborto, é natural".

"Falei com a enfermeira e fui ver o médico. Desci numa espécie de labirinto. Entrei sozi-

nha na sala: um quarto pequeno, uma mesa, a aparelhagem coberta. O médico entrou: Você não acha melhor acertar antes! Dei o dinheiro, Cr\$ 8.000,00. Ele contou, observou meu nervosismo. Não fiquei nervosa, é muito simples. Fiz a anestesia. Lembro vagamente que ele chamou minha amiga e depois que me levou para um outro quarto escuro. Não lembro de nada até que chegou uma enfermeira uma hora depois. Sentia-me mal e pedi para ver o médico, ele negou-se a vir e mandou um remédio. Fui embora. Não tomei antibióticos, só um analgésico, receitado por amigos. Nunca mais fui a ginecologista e continuo sem usar anticoncepcional regularmente."

Uma sensação de violência

"Tomei a decisão sozinha. Por mais que explicasse para meu companheiro ele não fazia idéia do que eu sentia. Só com outra mulher se pode falar. Não tive grilo em ter abortado mas sofri o desrespeito para com meu corpo, a sensação de não ter nenhum controle sobre o que faziam comigo, o clima de crime, de prisão, do medo."

"Mesmo assim não hesitei e não me arrependo. Por que? Minha irmã ficou grávida com 16 anos. Escondeu a gravidez até os 5 meses. Teve o filho. A vida dela passou a ser cuidar do filho. É difícil."



Um feto enrolado num jornal: um fato comum.

E os pobres?

Sem recursos para recorrer às clínicas, a maioria das mulheres brasileiras tem esta porta fechada e, habitualmente, buscam os mais variados expedientes para se livrarem de uma gravidez indesejada. Muitos casos vão parar no Pronto Socorro, em virtude das conseqüências, às vezes fatais, de tais "métodos". Esta a fonte principal das informações a respeito. Mas, muitos outros, pelo que se pode depreender sugestivamente de leque de "métodos" abaixo, nunca saberemos ou mesmo conseguiremos imaginar.

Aqui, um resumo dos métodos abortivos mais comuns e dos mais chocantes a partir de uma pesquisa elaborada pelo jornal *Repórter* em sua edição nº 8:

- Introdução de sondas, agulhas de tricô, talos de mamona etc, no útero.
- Introdução de substâncias cáusticas (soda, por exemplo) no útero;

- Injeções de chás caseiros (canela e limão bravo) no útero;
- Injeções orais de medicamentos em altas doses como o Maturon;
- Injeções, no feto, através do útero, de substâncias que matam-no e provocam a expulsão;

- Saltar desde uma determinada altura para, pelo choque da queda, provocar um traumatismo no feto;
- "Cabacinha do nordeste": produto de injeção oral, da região, vendido em certas feiras no Rio de Janeiro que, segundo seus fabricantes, é "tiro e queda" para sinusite e gravidez.
- Esquentar, de fato cozinhar, o útero ao vivo; foi o caso de uma mulher de idade que diz ter abortado sentando-se num monte de brasas.

Vestibular now!

EM TEMPO nº 97 constatou a rigorosa seleção sócio-econômica do vestibular 79. Apresentamos agora uma pequena antologia de trechos de redações do vestibular deste ano.

Atribuímos filosoficamente, a desigualdade do ser por aspecto mutável, passível de uma reestruturação social e no contexto da personificação.

A) Chave de ouro de reportagem científica do Fantástico?
B) Entrevista concedida por aprendiz de filósofo?
C) Mensagem final de governador para papa?
D) Discurso do presidente da Câmara Municipal de Fátima do Sul, B.A.?
E) Nenhuma das anteriores?

Acertou quem assinalou a letra E. Trata-se simplesmente de trecho de redação de um típico (!) candidato às preciosas vagas oferecidas pelas universidades federais deste Brasil de seu Deus. Tentando dissertar a partir de temas nem sempre bem escolhidos, esses vestibulandos devem mostrar aos corretores idôneos sua capacidade de se expressar coerente, clara e corretamente em língua portuguesa. Vejamos algumas das deliciosas pérolas colhidas nesse riquíssimo manancial:

Pequena Antologia

"O monólogo deve ser em voz baixa e ao expor do sol."

"Um país que sua população tem na maioria jovens é sinal de um país em vias de desenvolvimento, para ser desenvolvido a maioria deve ser adulto."

"O homem mudou transformando sua mente em algo finito e infinito respectivamente."

"A vida é um palco iluminado, como já disse Drummond."

"Quando os anos passam, os cabelos embranquecem e vem a calvinice."

"Exemplos de pessoas perseverantes que venceram na velhice: Galileu Galilei, Moisés, Matusalém e Vinicius de Moraes."

"Temos atualmente um pé de guerra."

"Estamos diante de um mundo que só é bom para quem dispõe de privações."

"No mundo atual cada ser individualmente traz consigo o seu próprio "eu" em cujo íntimo mais profundo só cabe a sua morada."

"...e a única saída é pedir a Deus proteção total."

"Problemas que chegam entre si a uma união definitivamente legal dentro de uma confraternização lógica."

"O que a autora Rosa Guimarães nos diz no texto..."

"As flores me aspiram confiança."

"Não podemos deixar que nos autodestruam."

"Por causa da Sociologia vamos sempre mudando e diferenciando das outras pessoas. Pois não fomos terminados, por isso estamos falhados e a Sociologia se aproveita da circunstância e com o Status e o Distanciamento de classe, faz com que as pessoas não sejam sempre iguais."

"Nossa vida é uma retrospectiva irreversível."

"O fulgor da juventude é abraçador e eloquente."

"Velhi-se não é desculpa."

"Como diz o tal ditado: quem estiver mais unhas sobe na parede."

"Nem sempre ninguém é igual a ninguém."

"...chegamos quase que constante e exclusivamente a tomarem uma posição diante de sua postura."

"...este Brasil que eu amo de coração erguido."

"Precisamos ser como todo mundo para não ser igual a ninguém."

"Não devemos esquecer que é de uma lagoa seca que nasce o brejo."

"Viver é uma realidade chocante, mas isto dá sentido à nossa existência."

"Nunca seremos a mesma pessoa que um dia nascemos num leito qualquer ao lado de nossa mãe."

"Podemos também fazer de nosso rosto uma forma de diálogo é só expressar o que sentimos através dos nossos olhos ou qualquer outro membro que pode sofrer contrações articulares."

"O homem mais inteligente do mundo ainda é Deus."

A) Gozado?

B) Triste?

C) Topless?

D) Lamentável e compreensível?

E) Todas as anteriores?

Quem puder que conte outra. (Mary M. de Camargo Neves).

EM TEMPO 98 • 24/1 a 7 de fevereiro de 1980

... e os noivos não se casaram

O primeiro longa-metragem de Afrânio Vidal, *Os Noivos*, lançado esta semana em S. Paulo.

O namoro dos cineastas brasileiros com a classe média foi longo e em alguns momentos bem sucedido, uma espécie de repulsa impedia os realizadores para qualquer refúgio onde se sentissem a salvo de abordar problemas mais relacionados com o proletariado. Esta tendência aliás já foi devidamente esmiuçada por Jean-Claude Bernadet, principalmente em seu "Brasil em Tempo de Cinema". Hoje o problema se configura de outra forma, a abordagem política inclusive perdeu terreno. Diante de um mercado implacável e inóspito as produções se sofisticaram, ou na falta de capital suficiente partiram firme para o campo, ligeiramente descomprimido pela abertura, da temática sexual. Assim, nesta terra de ninguém cinematográfica, a luta anda acirrada entre as grandes produções dos ex-cinemanovistas (vem aí "Bye Bye Brasil" de Cacá Diegues e "Eu Te Amo" de Arnaldo Jabor, o último realizado com dinheiro de Walter ex-globo Clark) e a ousadia erótico-comercial dos setores mais competentes da Boca do Lixo paulista ("Mulher, Mulher" de Jean Garret fez jorrar dinheiro em 79, "Tara, Prazeres Proibidos" de Luis Castelin agüentou três semanas de exibição apesar da ruindade).

Diante desta situação, a extrema inocência de fechar os olhos para o mercado leva a esta recaída equivocada nos braços da temática da classe média, que se delinea neste primeiro filme de Afrânio Vidal - "Os Noivos". O roteiro é singelo e convencional ao extremo: o relacionamento conflituoso entre uma jovem suburbana (Neila Tavares) e um rapaz de melhor situação social (Reinaldo Gonzaga) mas ansioso por uma ascensão ainda maior. Com este fraco material ficcional, Afrânio Vidal vai de início saturando o espectador com uma enxurrada de signos que teriam por função delimitar o universo social da personagem feminina: a televisão constantemente sintonizada na TV-Globo, o porta-retrato espelhado e kitsch, as múltiplas antenas de TV do pobre conjunto residencial. A partir daí desenvolve-se um enfadonho e oscilante conflito amoroso, na verdade o coroamento dos seis anos de noivado sem solução do casal. Para edulcorar a narrativa, nada melhor que a música de Erik Satie que se transforma em excelente dormitivo no clima morno do filme.

Um diretor estreante no cinema brasileiro é sempre, por si só, um fator a ser louvado. Com as dificuldades da produção, o emperramento da distribuição acrescido pelo fim dos ciclos artísticos da década de 60 desapareceram os novos realizado-



res, e ficamos assistindo constantemente a um jogo de cartas (ou cineastas) marcadas. Diante destes obstáculos ou o diretor estreante mostra a sua originalidade e criatividade, ou está fadado a engrossar o time dos cineastas de um filme só. A abordagem das mazelas existenciais da classe média é como um campo de areia movediça, perigoso e fatal, no entanto com uma boa dose de talento pode-se escapar ileso, como provou Ana Carolina com "Mar de Rosas". Mas para isso é preciso arriscar e não procurar se garantir com fórmulas requentadas como as destes "Os Noivos".

O curioso, ainda dentro da preocupação com a classe média do diretor, seria notar como as tomadas da personagem Vilma (a noiva) na fábrica em que trabalha como projetista de moda são realizadas dentro de um escritório fechado por vidros, como que deliberadamente Afrânio Vidal procurasse isolá-la dos outros trabalhadores que aparecem ao fundo. Vilma parece estar dentro de um aquário, a outra classe social é mantida à distância. No entanto esta é a única referência ao mundo social,

"exterior", o restante do filme desenrola-se no ambiente cerrado dos personagens principais. A cena final em que o cineasta pretende mostrar talvez as ambiguidades e incertezas da classe média (um primeiro plano de Neila Tavares apontando o revólver alternadamente para a própria cabeça e para o noivo, terminando por matá-lo e se suicidar em seguida) explica a própria falta de saída do diretor ao abordar este tipo de questão seguindo uma errônea vertente dramática.

"Os Noivos", apesar da produção barata, é um verdadeiro suicídio artístico e comercial no atual panorama do cinema brasileiro, e depois de pronto só restou entregá-lo à distribuidora estatal (Embrafilme) que por sua vez está queimando-o, como comprovam os cartazes do Metro 2 e Gemini 1, cinemas da CIC (Cinema Internacional Corporation), que já anuncia para a próxima semana um sucesso de sua fabricação, tipo "Aeroporto 80", procurando assim alcançar junto ao público a pre-conceituosa e propagada má qualidade do cinema brasileiro. (José Mario Orúz Ramos).

Futebol

Internacional, é claro.

Flávio Aguiar

Finalmente um artigo que não quer mostrar que o futebol é o ópio do povo; mas que o povo é o ópio do futebol.



Agora não resta mais dúvidas: domingo, em São Paulo, deu Internacional mais uma vez: tri-campeão nacional de juvenis, imitando o time profissional, tri-campeão em dezembro. Os comentários falam muito em garra dos jogadores, tanto em relação aos profissionais quanto em relação aos juvenis. Essa qualidade é inegável, e salta aos olhos diante do fato de que ela anda muito desaparecida dos campos de futebol, que sequer cumprem a contento sua função de circo onde não há pão, onde ainda há pau.

Está certo: há garra. Mas é necessário qualificá-la para que se possa entender o que acontece com esse time, com essa camiseta que já vai se tornando legendaria. De quebra, talvez dê para entender ou discutir algumas coisas que se passam com o futebol brasileiro de um modo geral.

O Internacional tem uma velha mística, em Porto Alegre: a de ser "o clube do povo". Historicamente, assim foi. A camiseta vermelha, o nome - Internacional - não estão ali por acaso; há informes, nunca confirmados nesses tempos de dureza, de que a própria (a Internacional) teria sido o hino do time quando de sua fundação. Junto a esta

imagem dos inícios, outra, mais recente, também chama a atenção: não vai muito longe o tempo em que o Internacional (ou Colorado) era pejorativamente denominado, numa sociedade onde quem é branco é natural candidato a rei, de "o time da negrada" - devido ao fato de ter sido o primeiro clube gaúcho (pelo menos entre os "grandes") a admitir atletas negros.

Mas essas tempos heróicos lá se vão; hoje o Internacional tornou-se uma máquina empresarial bastante bem montada - dominada, a nível de associados, por grupos de pequenos ou médios empresários locais que se alternam na direção. A mística antiga ainda funciona; e só a entende quem tenha passado a infância e o resto da vida, a trepidar na arquibancada cada vez que a camiseta entrava em campo. Mas ela está evidentemente mediada, ou melhor, transformada em poderoso elemento de marketing, uma vez expurgada de quaisquer pretensões simbólicas mais ousadas, pela realidade do Internacional de hoje. A verdade é que a transformação empresarial do Internacional passou-se também para o meio de campo; lá cada jogador age como um competente executivo, e dá conta do seu recado. Isso não impede a equipe, é bom notar, de ter sentido de solidariedade; quando as estrelas do time, tipo Falcão ou Batista, são entrevistados sobre suas atuações, sempre elogiam o trabalho dos outros: isso é sistemático demais para ser acaso, e ajuda a criar um espírito de coesão difícil de conseguir em outro time. É claro que por trás das declarações dos jogadores e do espírito de equipe que se nota em campo está o fato de que o Internacional, ao que tudo indica, paga razoavelmente bem mesmo aqueles que não são estrelas; paga em dia; assume cuidar dos jogadores e seus problemas - todos eles, de todos os jogadores, e não apenas dos mais famosos. Ali não há os meninos mimados do Maracanã, da antiga CBD, ou adjacências. Há salários desiguais, é evidente, mas o tratamento é mais ou menos o mesmo. O Internacional transformou-se numa empresa moderna, asseada, eficiente: é uma espécie de social democracia futebolística. Uma das primeiras medidas de Minelli, ao definir o time que chegaria a bi-campeão nacional em 1976, foi equalizar os

trajes de todos os jogadores, nas concentrações, viagens, etc: todo mundo de terno e gravata. Os jogadores do Internacionai, é verdade, não são mais os líricos meninos de Pau Grande que com suas pernas tortas encantavam a Europa; também não ficam jogados entre o estrelato e a miséria ou o descaso, como acontece ainda em boa parte da vida futebolística nacional. Os jogadores do Internacional se repartem entre gerentes de primeiro e segundo escalão. Aqui ou ali nota-se um manager intelectualizado, como Falcão; ou um operário dedicado, como foi Valdomiro todos esses anos. Uma empresa eficiente - pronto para dar espetáculo no Morumbi ou para ganhar de um a zero em Quixeramobim, se for o caso.

Ora, não é necessário muito fosfato para sacar porque deu Internacional, nos profissionais, nos juvenis, ou na "década". Desde a Copa de 70 o futebol brasileiro foi se transformando num fenômeno de dupla face: primeiro, num fenômeno publicitário. E não pense nos apenas aí na propaganda do Brasil Grande, do Ame-o ou Deixe-o, do milagre. Pensemos por exemplo na Copa de 74, quando já não se sabia mais se Rivelino tinha a camisa 10 por questões técnicas ou por seu contrato do garoto-propaganda com a Shell. Pensemos mais recentemente, em Zico, um bom jogador transformado ficticiamente em herói num futebol que não tem mais herói. Segundo: a administração Heleno Nunes transformou o futebol brasileiro numa máquina predatória de jogadores e da pouca poupança que os frequentadores de estádios pudessem ter. No fim, o bolo seco, ao invés de se repartir: é claro que não houve qualquer intenção de repartir, e por isso mesmo que o bolo foi secando.

É engraçado, mas é pra-dizer que entre o capitalismo selvagem e a social democracia deu esta e não aquela; ou que aquele partejou esta nestas plagas, no futebol pelo menos... Mística popular, eficiência empresarial, tratamento "iguaritório", bom fornecimento de matéria prima (os juvenis, já tão famosos no Brasil inteiro: apesar dos erros cometidos, deu Internacional, é claro. Quem tiver dúvidas, vá ao estádio, e veja a camiseta vermelha entrando.

Tudo está sempre mudando com rapidez vertiginosa em nosso dinâmico país que caminha, célere, em direção ao tão almejado desenvolvimento. Com exceção, é óbvio, do PSD mineiro. Há coisas, de fato, no Brasil que, graças a uma bisonha dialética, mudam conservando-se e, afinal, ficam direitinho como eram antes, tal como ocorre atualmente com quase tudo nesta chamada reformulação partidária. Mas não é de política que vamos falar e buscaremos nossos exemplos em outro não menos dinâmico setor de atividades da República.

Consideremos, por exemplo, o tão alardeado combate às drogas. A brutalidade das medidas punitivas continua a mesma de sempre e vai aumentando o número de jovens pecados que, por algumas gramas de maconha, são obrigados a passar meses em contacto íntimo com a brutalidade do DEIC ou de uma penitenciária qualquer. Continua também inalterado o emprego de métodos torpes, sobejamente conhecidos e amplamente denunciados, na "extração de informações" do infeliz portador da erva. Também permanecem as ligações da polícia com meios de traficantes destinada a assegurar proteção para alguns e liquidação para os rivais, garantindo-se, assim, aos policiais, a participação direta nos lucros auferidos em tão próspero comércio. A máquina, na sua totalidade, continua operando tranquilamente do mesmo jeito de sempre, talvez de maneira mais impiedosa e bestial, sob a impunidade absoluta de que gozam seus manipuladores.

O que mudou então? Em termos genéricos, diríamos que mudou a "ideologia" da repressão ou, pelo menos, há indícios neste sentido. Mudança que acompanha a evolução dos tempos e tenta adaptar-se à verdadeira consagração do uso de certas drogas nos mais diferentes meios sociais. Dizer que há verdadeira mudança, porém, é falso: o que há é uma nova roupagem a acobertar antigos surrados preconceitos.

Já vai longe a época em que o "maconheiro" era amparado ao "comunista" e isso era o quanto bastava para despertar as iras dos guardiões da ordem estabelecida, assim como os favores da classe média. Também já não se propaga mais, através dos órgãos de imprensa e dos grandes meios de comunicação, a versão original do sinistro complô, urdido em Moscou, visando diabolicamente pôr a perder, através do incentivo ao vício da droga, nossa indefesa juventude. Torna-se, portanto, impossível, hoje, defender semelhantes disparates e alimentar tais fábulas, quando se sabe, por um lado, que os traficantes se reprimem as drogas também do lado de lá e que, do lado de cá, vão sendo gradativamente li-

berado seu uso — como nos Estados Unidos — sem que ninguém seja capaz de garantir que os comunistas tenham conseguido, paralelamente, instalar-se na Casa Branca.

O mito agora tem que se refinar, os argumentos têm que ser mais sofisticados. É o que nos mostra, por exemplo, o *Jornal da Tarde*, de 18/1/80, em uma das reportagens da série "Cuidado" dedicada à violência em São Paulo. A reportagem, acompanhada de impressionantes fotos, mostra a polícia em ação, imobilizando um indivíduo portador de maconha e invadindo seu apartamento. Cena corriqueira e nem por isso menos brutal: caso o objetivo fotógrafo tivesse podido acompanhar os passos seguintes dos policiais, até o trancafiamento, os leitores do JT teriam sido, sem dúvida, brindados com cenas de violência muito mais sensacionais...

MACONHA E VIOLÊNCIA

Mais interessante ainda do que as fotos, contudo, são as declarações do titular da Delegacia de Entorpecentes do DEIC, Nestor Sampaio Penteado. Muito preocupado com a propagação do vício, especialmente da maconha, o delegado faz a apologia da repressão, embora mostre-se até "liberal", sob certos aspectos, pois chega a admitir, em alguns casos — certamente para os filhinhos de papai — que não vai logo de cara prendendo o viciado e que "procura chamar os pais, conversar e, se for o caso, internar o viciado, geralmente uma pessoa jovem". Mas, na maioria dos casos, a repressão é necessária e para defendê-la o titular usa argumentos de vários tipos, alicerçados em uma abundante "erudição" que o leva a falar desenvoltamente como químico, médico, psiquiatra e até filósofo. Mas toda essa falsa cultura, afinal, é incapaz de acobertar a indigência mental que caracteriza todo agente repressivo em nossa polícia.

O delegado parte de uma evidência, de um axioma que em momento algum suspeita possa vir a ser contestado ou, ao menos, colocado em dúvida. Pode ser que a maconha não faça mal à saúde do usuário, como querem alguns médicos, admite o delegado. Mas, acrescenta: o importante não é isso, o importante é que entre maconha e violência há uma vinculação necessária: "O que me interessa na maconha é a sua relação com a violência, com os assaltos, roubos, estupros". A partir desta premissa, justificar-se-ia plenamente a repressão dura e severa. Mas será que há mesmo entre uma coisa e outra esta vinculação necessária? Porquê? Eis o que não se explica, pois não é possível aceitar

como explicação para nada a vaga, alegação segundo a qual a referida "droga" provocaria uma "desestruturação da mente" e que, graças a ela os "sentidos passam a transmitir a realidade de forma totalmente distorcida", o que levaria à prática de atos de violência. Ora, a aplicação de medidas repressivas tão drásticas não estaria a exigir, caso estivessemos em um país civilizado, a busca de evidências um pouco menos nebulosas e de princípios um pouco mais sólidos?

O fato é que, dado este vínculo — simplifica o titular — a maconha tem que ser duramente combatida e a grande desgraça, a ser por nós evitada a todo custo, é permitir que aconteça o que aconteceu nos Estados Unidos, onde o uso da "droga" vem sendo paulatinamente liberado, o que significaria, para o nosso "sofisticado" bacharel, a "violência institucionalizada". Será mesmo, seu delegado? Terá mesmo aumentado a violência nos EUA em consequência da liberação da maconha? Não deveríamos, talvez, baseados no próprio exemplo norte-americano, fazer o raciocínio inverso? Não estaria, afinal, a violência, isto sim, necessariamente vinculada ao tráfico clandestino do produto? Raciocinar de outra maneira não seria dar mostras de uma visão particularmente "distorcida" da realidade? É óbvio que não pretendemos aqui advogar pura e simplesmente a liberação da maconha, tema dos mais controvertidos que por si só exigiria todo um estudo e reclamaria um outro artigo. O que queremos agora é simplesmente chamar a atenção da opinião pública para o primarismo das evidências com que se abordam temas tão complexos e delicados e a pobreza dos argumentos de que lançam mão, em nome de um suposto combate à violência, aqueles que na realidade trabalham para a manutenção de um status que a muitos aproveita e enriquece.

Não pretendo, evidentemente, com estas breves considerações abalar as profundas convicções das nossas autoridades especializadas. Mas, seu doutor, o senhor há de convir que entre polícia e violência existe também, em nosso país uma vinculação bastante profunda, um vínculo essencial. É ou não é? Significaria isto, então, que deveremos advogar a supressão da Polícia? Meu Deus, será que é para este extremo que nos empurra a lógica brilhante do nosso xerife? Olha, doutor, afinal até que não seria tão má idéia assim... Quem sabe não conseguiríamos, desta forma, minimizar consideravelmente a barbárie generalizada que a todos atormenta nos dias que correm?

(L.R.S.F.)

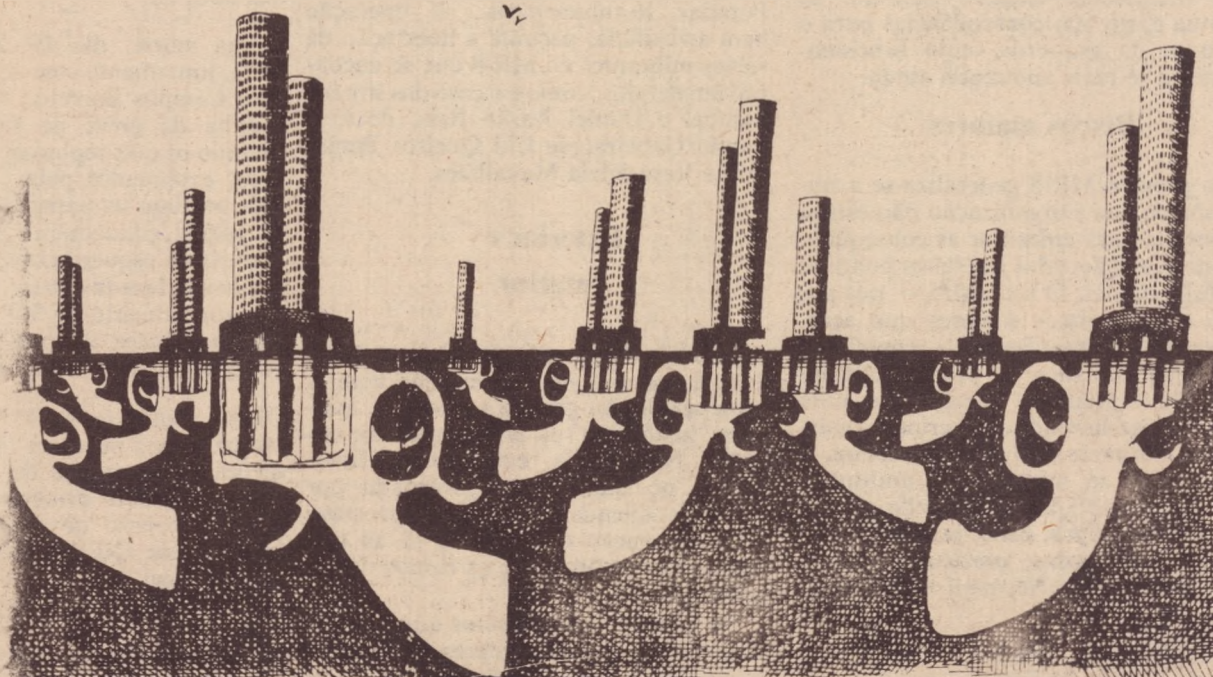
Na terra dos contrastes

Resenha do livro de Virginia Woolf, "Noite e Dia", Ed. Nova Fronteira, 440 págs.

Uma vez mais Virginia Woolf leva o leitor pela mão, pacientemente, à terra dos contrastes, aí onde imperam as surpresas provocadas pelo encontro de inesperadas sutilezas da alma. E tudo isso acontece no decurso de uma história de amor, a mais convencional. Virginia Woolf outorga a seu par amoroso — que recebe nome de Ralph Denham e Katharine Hilbery — a obscura capacidade de ir tecendo, sem pressa, a rede que envolve e prende as relações afetivas. Assim, a consciência se movimenta no real e no imaginário das relações amorosas, com a profundidade e o belo estilo que fazem dessa autora uma das maiores romancistas de nossa época. É com a mesma precisão que Virginia Woolf vasculha, implacavelmente, os mais íntimos cantos da alma de Katharine Hilbery, e o espaço exterior onde essa alma se criou: a alta burguesia londrina, cultivadora de seu passado, num movimento repetitivo de trazer de volta ao presente, com todas as idealizações e desdobramentos monótonos de sua heráldica. A memória dos feios da família de Katharine "Hilbery-Alardyce" é o único poder que vivifica seu presente. E Ralph Denham? Ele é um filho da pequena burguesia, um advogado menor, figura por onde a autora explicita uma sociedade que vive no e do presente, que precisa do dinheiro mais que de nomes e efeitos familiares, o que, de resto, não existe nessa parcela social. Tudo o que de interessante, de vivo, permanece em Ralph Denham vem acompanhado, no entanto, do sentido de que algo do passado, precioso, se perdeu na emergência dessa nova sociedade.

Não nos enganemos, porém, ao imaginar que a autora esteja comprometida em expor possíveis contrastes da sociedade inglesa. A Noite e o Dia, o real e o imaginário: parece ser este o fundo mágico que o romance aponta, fundo de onde se despregam os encontros desencontrados da vida em sua totalidade. A partir desse fundo constata-se que nas relações pessoais, nenhum "eu" apanha o "outro", incessantemente velado, mesmo quando é o amor a mola mestre de uma determinada relação. E não é esse o desesperante motivo central da obra de Virginia Woolf? Mas ela vai mais longe: nenhum eu apanha completamente o outro de si mesmo. As pequenas surpresas e encantamentos da vida podem, então ocorrer nessa abertura, a partir, exatamente, dessa carência, dessa "falha" da própria percepção de si mesmo. É possível encantar-se e surpreender-se, precisamente porque um véu pesado recobre parcelas das pessoas.

Na Londres dos Kew Garden, dos Highgate, dos Lincoln's Inn Fields, Virginia Woolf vai contrastando para o leitor o real e o imaginário como duas faces de uma mesma moeda, como o são noite e dia, como o são Ralph Denham e Katharine Hilbery, como é a vida mesma. Só temos a lamentar a demora com que as obras dessa romancista maior são traduzidas e apresentadas ao público. Mas, afinal, não são estas "demoras" que fazem as delícias das próprias personagens de Virginia Woolf? (Rachel de Andrade)





MR-8: uma história de zigue-zagues

2 - Os destinos de uma autocrítica

Desde o sequestro de Elbrick até os dias de hoje se revela a trajetória de uma organização que levou o militarismo às suas últimas consequências, fazendo hoje uma abertura em direção ao P.C.B.

por Marco Aurélio Garcia

O sequestro do embaixador Burke Elbrick, em setembro de 1969 (ver o depoimento de Cid Queirós Benjamin, no nº 97 de *EM TEMPO*) permitiu, pela primeira vez, que a Dissidência Universitária do PCB da Guanabara aparecesse com nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)* pelo qual é até hoje conhecido.

Pouco tempo antes, a polícia havia quase que totalmente desmantelado um grupo que se denominava *MR-8* e que era originário basicamente de membros da "dissidência" do então Estado do Rio. Numa época em que a repressão tateava ainda no terreno do combate "à subversão", a queda do "Oito" fluminense serviu como instrumento de propaganda sobre a eficácia policial na manutenção "da ordem pública".

Ao escolher o nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, a "dissidência" carioca assumia a necessidade de ter um perfil de organização, evitando os riscos que sua aparição como grupo vindo do PC poderia apresentar, sobretudo porque ainda persistiam muitos militantes legais que eram identificados em suas frentes de massa como "dissidentes". Mas, ao mesmo tempo, a sigla *MR-8*, em uma ação de tão grande repercussão, servia de hábil instrumento de contra-propaganda: a organização que a polícia havia apresentado como "destruída" era capaz de pouco tempo após realizar uma ação de tal envergadura.

Significado & Consequências

Não foi fácil naquele momento medir realisticamente o significado que a ação teve no quadro geral da esquerda brasileira naquele momento.

Ainda que o Ato Institucional nº 5 tivesse quase um ano de vida e que já se anteviessem inúmeros sintomas de estabilização da ordem ditatorial, a perspectiva catastrofista de uma derrubada iminente do governo ainda dominava a esquerda brasileira.

Neste particular, não é surpreendente que o rapto do embaixador dos Estados Unidos aparecesse com um peso maior do que hoje se lhe pode atribuir. É certo que a ditadura enfrentava uma séria crise naquele momento específico. O acidente vascular que acometeu o presidente Costa e Silva mostrou a fragilidade da ordem institucional em 1967 (nova Constituição) e mutilada pouco mais de um ano depois com a promulgação do AI-5.

O vice-presidente Pedro Aleixo havia sido impedido de assumir a chefia da nação e os ministros militares se avocaram o exercício do poder transitariamente ao mesmo tempo em que se iniciava nas Forças Armadas um difícil processo de reunificação, tão mais complicado na medida em que a corrente "nacionalista" ainda detinha uma certa força e tratava de impor seu líder, o general Albuquerque Lima, para a presidência. O regime aparecia frágil, vulnerável demais às pressões do governo norte-ame-

ricano, que foi peremptório no episódio: os militares deviam tudo fazer, isto é ceder às exigências dos sequestradores, para salvar a vida de seu representante.

Esta situação, aparecia reforçada ao nível da "opinião pública", onde o sequestro foi recebido com simpatia, aquele tipo de complacência coletiva que cercou durante anos, por exemplo, as ações dos Tupamaros no Uruguai. O governo não havia conseguido, sobretudo nas camadas médias da população, neutralizar os efeitos do descontentamento que havia explodido um ano antes, situação que só se reverteria em 70, por ocasião da vitória na Copa do mundo.

Mas os militares do MR-8 não davam um lugar excessivamente importante à ação, a despeito de sua repercussão nacional e internacional. Tal não parecia ser, no entanto, a posição da *ALN* de Carlos Marighela, organização um pouco mais antiga e com um projeto de intervenção política e militar bastante mais definido. Um exemplo disto pode ser tomado na carta que o dirigente máximo da organização dirige aos "15 patriotas" trocados por Elbrick e no qual ele prognostica o início da guerrilha rural até o fim de 69. As coisas, como sabemos, passaram-se um pouco diferentemente e aquele que anunciava o surgimento da luta guerrilheira no campo até dezembro sucumbiria num tiroteio nas ruas de São Paulo a 4 de novembro de 1969.

As consequências do sequestro foram múltiplas. O peso dos setores "duros" das Forças Armadas, já hemogênicos naquele momento, se reforçou ainda mais e o regime buscou dotar-se dos instrumentos (pela via de Atos Institucionais e complementares) capazes de reforçar o poderio repressivo do Estado em um período que se anunciava como de auge da "guerra revolucionária". A prisão perpétua e a pena de morte são adotadas, por exemplo.

Mas o próprio estilo de intervenção dos aparelhos repressivos, já marcado pela truculência naquele período, se acentua e isto tem consequências para o conjunto da esquerda, cujo funcionamento se vê mais ameaçado ainda.

Riscos maiores

No próprio MR-8 generaliza-se a impressão de que a organização não estava preparada para enfrentar as consequências de sua ação. Mas os efeitos políticos são fulminantes. O sequestro — por seu êxito e pelos riscos maiores que acarretava para a organização — contribuía para uma mudança da própria composição da militância. Desaparece uma certa fluidez herdada do período "massista" e o número de quadros se reduz. A organização se militariza e multiplica suas ações (ver box), terminando por receber duros golpes, como já vinha acontecendo com outras, particularmente a *Ação Libertadora Nacional* naquele período.

José Roberto Spiegner, considerado um dos mais brilhantes quadros do MR-8, morre, segundo a polícia, em um



A notícia da morte de Lamarca nos Jornais da Bahia. Na época, ele estava num fileiras do MR-8.

tiroteio, segundo outros, em tortura. Muitos dos que conseguem escapar ilesos da casa onde Spiegner e seus companheiros se encontravam, são detidos pouco tempo depois em uma ação de panfletagem, Cercados pela polícia e depois de sustentar um tiroteio cerrado com a repressão, são presos vários militantes, dentre eles Daniel Aarão Reis, destacado líder estudantil da UNE e Vera Sílvia Magalhães. As quedas que se sucedem levam sobretudo os setores operativos a uma situação de desespero.

Tanto é assim que começa a ser preparado o sequestro do embaixador alemão, então sediado no Rio de Janeiro, sem que seus sequestradores tivessem onde escondê-lo. A intenção era mantê-lo detido no mato... A reconexão do "grupo de fogo" por um dirigente impede que esta aventura se consuma. Von Hollebein será sequestrado, na metade de 1970, por um comando da Vanguarda Popular Revolucionária. A operação bem articulada, permite a libertação de vários militantes do MR-8 que se encontravam detidos, como é o caso dos irmãos Samuel e Daniel Aarão Reis, de Fernando Gabeira, de Cid Queirós Benjamin e Vera Sílvia Magalhães.

Exterior e

Interior

A partir de meados de 70, uma nova situação se cria na organização com a presença de um grande número de quadros "históricos" da organização no exterior. Na Argélia, em Cuba e, finalmente, no Chile então governado por Salvador Allende, começa um processo de reagrupação e esboça-se já as primeiras discussões sobre os rumos da organização.

No interior, os dirigentes que haviam escapado ao cerco da repressão buscam coesionar a organização e abrem ou aprofundam algumas frentes importan-

tes de trabalho, como é o caso da baixada fluminense e da Bahia.

É para ela que será encaminhado o ex-capitão Carlos Lamarca, até 1970 principal figura da *Vanguarda Popular Revolucionária*, a VPR. Lamarca que com quase todos seus companheiros havia podido romper o cerco estabelecido por milhares de soldados na região do Vale da Ribeira, acaba por esconder-se por um período no Rio de Janeiro, onde, em contato com militantes do MR-8 que o guardavam, aprofunda suas críticas à perspectiva ultra-militarista da VPR.

Quando ele vai para o sertão baiano, já como militante do MR-8, é na perspectiva de realizar mais um trabalho junto ao campesinato que o deve preparar os focos militares que haviam informado a estratégia de quase todas as organizações que no Brasil ultrapassaram a barreira dos anos 70.

Sua morte, dia 19 de setembro de 1971, juntamente com seu companheiro, José Campos Barreto, o combativo Zequinha da greve de 1968, quando os dois repousaram sob uma árvore, extenuados pela fogueira que lhes moviam as patrulhas do exército e da polícia, como que encerra um ciclo da história da esquerda brasileira. Sua companheira, Iara Iavelberg, suicidara em um apartamento de Salvador, para não cair nas mãos da polícia que cercava completamente o edifício onde morava.

Outros militantes do MR-8 são pouco ou pouco presos ou saem do país. As condições de segurança da organização se rarefazem. Seus principais dirigentes — como é o caso do então militante do MR-8 Cesar Queirós Benjamin, "o menininho" cai depois de haver enfrentado várias vezes a tiros a Polícia.

Os dirigentes do MR-8 padeciam da falta total de base social, "uma organização que tivera no passado sólidas li-



gações com amplas camadas da pequena burguesia carioca. Não raro foram obrigados a dormir na praia, por falta de "aparelho".

No Chile

A retirada da quase totalidade dos quadros do país, após a morte de Lamarca e o encontro destes com os que haviam sido anteriormente banidos, em Santiago do Chile, materializa a opção de priorizar o processo político de discussão. Mas as condições de derrota do conjunto da esquerda e da organização em particular não vão facilitar as coisas.

As saídas de militantes é pensada entre outras coisas como capaz de permitir uma melhor integração entre os "de fora" e os "de dentro". Esta integração se vê dificultada na medida em que um grupo e o outro, com toda a diferenciação interna que pudessem ter, possuíam visões não-coincidentes da realidade.

O grupo que vinha do Brasil, tendia a uma autocrítica da prática militarista da organização, inspirada fundamentalmente pelas posições defendidas pela Polop, neste momento, consideradas por outros setores como excessivamente "obreiristas", ou "massistas", para não sair do jargão.

Mas não é só isto. Nas condições de derrota, antes enfatizadas, há uma tendência ao exarcebamento dos conflitos e a sua personalização, facilmente compreensível em uma organização com personalidades "fortes".

Não é estranho, assim, que um conflito bastante mais matizado se transforme em um choque de "massistas" contra "militaristas" e que um clima de desconfiança se instaure, sobretudo quando a direção aplica critérios de funcionamento questionados pela base, sobretudo pelos históricos que se encontravam há mais tempo no exterior. Estes reclamam, por exemplo, a forma pela qual as células foram organizadas, reunindo nas mesmas bases todos aqueles que tem a mesma posição e impedindo, assim, uma maior irradiação de posições. Denunciam, em seguida que a direção se organiza como tendência, e que as tendências eram proibidas. A gota d'água é o rocambolesco episódio do grupo por um opositor caderno de atas da tendência da direção, no qual eram registradas todas as reuniões que ela fazia.

Com a "prova" na mão, o grupo de oposição denuncia as práticas da direção e o choque chega ao seu final. Os dois grupos se expulsam reciprocamente e os asilados políticos no Chile passam a saber da existência de dois MR-8, o "oficial" (DG) e o contestador (CP, Construção Partidária).

Mas o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 precipita a situação.

Menos coeso, sem um projeto definido o grupo "CP" se pulveriza e seus integrantes não chegam sequer a fazer um balanço deste processo centrífugo. Sobra o MR-8 oficial, que, dando continuidade a suas análises anteriores pode suportar os golpes sofridos no Chile e recomeça um certo trabalho no interior.

Novas alianças

Uma política em que o problema das "liberdades democráticas" se transforma em "centro tático" da proposta da organização, é acompanhada por um esforço, que se desenvolve em forma desigual no exterior e no Brasil, de consti-

tuição de uma articulação no interior da esquerda brasileira.

Esta tendência, que num primeiro momento se inclina muito para a Política Operária (POLOP) choca-se pouco a pouco com ela, na medida em que a P.O. envereda mais ainda na sua postura "obreirista". O "doutrinarismo" da P.O. dizem então os dirigentes do MR-8 a exclui finalmente da perspectiva de formação de uma Tendência Proletária.

A aliança mais importante ante se faz com a *Ação Popular*, que estava em meados dos anos setenta saindo da grave crise em que havia submergido após uma penosa cura de seu passado maoísta.

Fruto desta aliança, que atrai grupos de dissidentes da P.O. e outros setores independentes, é o aparecimento da revista *Brasil Socialista*, com a pretensão de dar um tratamento mais teórico às questões de atualidade.

Os números da "BS", como era conhecida, nos dão uma interessante mostra do processo de modificações políticas da linha do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Estas modificações não são muito sensíveis em seu primeiro Congresso, mas passam a aparecer claramente, quando, no número 9 de *Brasil Socialista* aparece o artigo "Socialismo e Liberdades Democráticas", assinado por Daniel Terra, um dos principais dirigentes da organização.

Atacando duramente a Polop e o MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado), este aparece muitas vezes indevidamente amalgamado àquela, e amparado em um conjunto enorme de citações de Lenin, Daniel Terra aprofunda mais ainda a sua visão das liberdades democráticas, dando um caráter estratégico à luta por elas.

O corolário desta postura mais geral não se faz tardar. No plano político geral, seu apoio crescente ao MDB e uma ênfase toda especial no trabalho eleitoral. No plano sindical, o abandono da perspectiva das oposições sindicais e o entrosamento com setores de notórios pelegos, em nome da unidade sindical e em parceria com o PCB. A este respeito, todos os sinais mais gerais indicavam uma aproximação entre o MR-8 e o Partido, de onde saiu nos anos 66/67. O fecho de ouro deste processo de afinamento ideológico é dado por uma orientação marcadamente pró-soviética que seus documentos e militantes afetam.

Tudo isto teria efeitos na velha política de aliança. A tendência proletária naufragou, sobretudo a partir do momento em que a evolução interna da Ação Popular sepultou as esperanças de fusão das duas organizações.

Perspectivas? Bem, as opiniões diferem. Para muitos um processo irreversível de aproximação entre o "Oito" e o Partido estaria se delineando, mas este processo poderia sofrer o veto dos "eurocomunistas" do PCB. Nas páginas mesmas de EM TEMPO, José Salles, para muitos um expoente "euro", não revelou muita simpatia pela tese de fusão das duas organizações, preferindo que cada organização se desenvolvesse separadamente.

Prestes e sua filha Anita Leocádia estariam dispostos a receber de volta estes filhos pródigos (um dos dirigentes históricos do MR-8 diz que foi um erro o racha dos anos 66/67) com razões mais do que evidentes; reforçar o seu magro caudal para os duros embates do VII Congresso. Não percam os próximos episódios.

BRASIL SOCIALISTA

ORGANIZAR A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES
CONSTRUIR O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

EM TEMPO

Projetos e Contradições das Classes Dominantes
Raul Villa

Sobre a Proposta de Frente Patriótica Anti-Fascista
Fábio de Almeida

Nossas Tarefas Atuais no Movimento Operário
Documento do MR-8

Relações de Produção na Agricultura Brasileira
Paulo Wright

Contra-revolução no Chile
Rui Mauro Marini

Outras épocas do MR-8. A revista «Brasil Socialista» dos tempos da proposta de uma «Tendência Proletária»...

UNIDADE PROLETÁRIA

opção de unidade e luta dos trabalhadores - movimento para a UBR

POR UM GOVERNO POPULAR

... e o jornal
«Unidade Proletária»
do período recente da
bandeira do «Governo Popular»

Um gosto de aventura

A imaginação no comando", esta pareceu ter sido a regra de ouro seguida pelos estrategas militares do MR-8 no período áureo que seguiu o seqüestro do embaixador Elbrick. A própria ação do rapto serviu para desenvolver na opinião cívica o mito da eficácia militar da organização, numa época em que a censura, ainda que existente, não se mostrava tão vigilante como o seria no período posterior.

A engenhosidade das ações militares do MR-8 pode ser ilustrada em pelo menos dois episódios.

Felix Pacheco

O primeiro é o assalto do Instituto Felix Pacheco, de onde foram subtraídas carteiras de identidades e outros documentos. Previamente, uma jovem se apresentou às autoridades policiais como jornalista interessada em fazer uma reportagem sobre a repartição. Em realidade o que ela pôde realizar foi um exaustivo levantamento do local, dos horários mais convenientes e dos hábitos dos funcionários.

Dias depois da "reportagem" um comando fortemente armado irrompia no local, quase na hora do término do expediente. O levantamento da "repórter" tinha uma falha, no entanto. A esta hora chegavam os despachantes para serem atendidos atrás do

balcão. O comando foi obrigado a admitir uma quantidade enorme deles enquanto recolhia o material desejado. A porta se abria e um militante de arma em punho gentilmente dizia um "passe por favor" para os atônitos despachantes de pastinhas na mão.

Uma obra de arte

O outro episódio é a visita, uma vez mais de uma repórter ao apartamento de um deputado da Arena no Rio de Janeiro, onde se sabia haver um cofre com algumas dezenas de milhares de dólares, além de uma excelente pinacoteca.

O "objetivo" da jornalista era fazer uma reportagem sobre a pinacoteca do deputado.

No dia aprazado "dois fotógrafos", mais um "crítico de arte" vestido na forma pouco convencional que se imagina ser a dos críticos de arte, chegam à casa do deputado. No momento da foto da família diante dos quadros, os "fotógrafos" tiram suas armas e exigiram o dinheiro. E aí retorna a "babá" da casa com as crianças que tinha levado para passear. Diante da cena insólita do deputado e sua família ameaçados por armas lhe foi dito tratar-se de uma filmagem na qual ela deveria igualmente aparecer...

A "reportagem" rendeu 70 mil dólares.

Toda ajuda

à Nicarágua

CORTÁZAR

Uma viagem à Nicarágua Sandinista



O companheiro David se encarrega de nossa segurança, e isto que poderia parecer um exagero, responde, sem dúvida, ao estado de coisas no país. A quase incrível clemência dos sandinistas ao término da luta, a decisão da Junta de não enviar ao paredão a tantos guardas nacionais que haviam cometido os piores crimes até o último momento, foi positivo na medida em que o povo aprovou isto no seu conjunto, preferindo orientar-se na direção do futuro em vez de ajustar as turvas contas do passado. Mas a contrapartida está em grupos de emboscadas que aqui e ali se aproveitam da noite para intranquilizar os ânimos e criar tensões que podem perturbar os setores da população menos comprometidos na luta armada pela libertação.

Na madrugada do nosso terceiro dia em Manágua, ouvimos um tiroteio sustentado na zona onde mora o Comandante Borge, e ainda pela manhã nos foi dito que havia sido mero produto de uma bebedeira entre gente armada que atirava às estrelas para se divertir. Sentimos que não havia sido assim porque o tiroteio se dava desde diferentes direções e convergia lentamente para a casa de Borge. Provavelmente passará um tempo antes que a capital e o resto do país fiquem livres dos franco atiradores que alimentam a insensata esperança de modificar uma realidade mais que definida e que conta com o apoio da imensa maioria. De todos os modos, os estrangeiros são especialmente escoltados e assombra verificar a cada passo a disciplina dos jovens milicianos que não aceitam sequer que um de seus companheiros entre em certos setores levando suas armas, e só lhe permitem entrar depois de verificar sua identidade e seus propósitos. A gente se acostuma de tal maneira a andar entre pistolas e metralhadoras que, de volta a Caracas, nos parecia estranho não ver armas no aeroporto e nas ruas, ou viajar de automóvel sem ter parte de uma enorme metralhadora sobre o colo ou apoiada em uma janela.

O companheiro David, homem culto e fino a quem também lhe interessava mais falar do futuro que do passado (só uma vez, em uma visita a León onde ele havia combatido, relatou-nos alguma ação de guerra) não parece ter terminado de assombrar-se com o que ocorre hoje em seu país. Quase como nós, o espetáculo das ruas, das escolas e do comércio lhe produz uma alegria que nos comove. As crianças, sobretudo, essa risonha e matizada presença em todas as partes, suas vozes e suas brincadeiras ali onde há apenas quatro meses a morte rondava vestida de guarda nacional.

Ninguém os deixava sair à rua - conta nos David -, porque muitas vezes os matavam por matar, para semear o terror num bairro. Sabiam que muitos deles eram capazes de lutar como os homens, e lhes tinham ódio e medo. Se uma criança trepava numa árvore para colher uma fruta ou olhar ao longe, era frequente que um guarda se divertisse baleando-a de longe para vê-la cair. E veja, agora...

Se uma criança trepava numa árvore para colher uma fruta... era frequente que um guarda se divertisse baleando-a de longe para vê-la cair.

Há tanto para se ver, Manágua e as cidades do interior formigam de crianças e jovens. Nas concentrações populares eles são vistos trepando nessas mesmas árvores, o que antes lhes haveria custado a vida, e por cima da multidão que enche a praça aparecem como macaquinhos ou flores tropicais entre as copas dos ramos. À saída dos colégios, grupos de moças e rapazes fazem sinais aos caminhões e aos carros que param para levá-los próximo de suas casas. Os mais pobres voltaram a seus ofícios, engraxates e vendedores de jornais nas esquinas; há os que pedem uma moeda na entrada dos restaurantes. Ignora a política da Junta em matéria de natalidade; sei somente que farão falta muito mais escolas, lojas, dispensários, muitos livros escolares, muitas vacinas (já se prepara uma vacinação geral contra a pólio, que custará muito mais do que o estado pode pagar nestes momentos). Inevitavelmente, minha memória volta quase vinte anos atrás e me vejo em minhas primeiras viagens a Cuba, esse grande exemplo inicial de



A partir de março próximo a Frente Sandinista vai lançar um amplo movimento por todo o país, colocando 200.000 pessoas emprenhadas em ensinar a ler e escrever a 800.000 analfabetos. Segundo o Poder Sandinista, o semanário de propaganda e educação política editado pela Frente, o objetivo da campanha não é somente educacional, mas também político, com vistas a «aprofundar as conquistas da Revolução no rumo de uma sociedade livre de exploradores e explorados».

Contribuições podem ser enviadas, em dólares, para: Donaciones Cruzada Nacional de Alfabetización, conta 5157; Banco Central da Nicarágua; Manágua; Nicaragua

revolução latino-americana. Vejo as mesmas coisas, a alfabetização como um furacão de giz e quadro-negro cobrindo a ilha, vejo nascer as escolas como fungos, os centros sanitários, os parques de diversão. Ouço Fidel falando das crianças como agora acabo de ouvir Ernesto Cardenal, o Ministro da Saúde, o Comandante Borge, e todos os que olham para frente e sabem que sempre, em algum lugar da visão, há uma criança que espera e que confia.

Tomás Borge: uma vontade de ferro com uma mão que aperta sem magoar.

O poeta Cardenal (quase todo o mundo o chama de "padre") não renunciou à sua eterna boina e à sua camisa branca. O mesmo que secretamente me desembarcou uma noite na sua comunidade de Solentiname me recebe agora no seu gabinete do Ministério de Cultura, onde as pessoas entram e saem e discutem e se combinam e descombinam segundo o momento, onde há livros e pastas por todos os lados, colaboradores que lutam com os telefones e por suposto com planos, encontros, conferências, mesas redondas, projetos de edições e muito pouco dinheiro para fazer isto.

O gabinete de Sergio Ramírez é mais austero e vazio, começando porque Sergio não está muito nele, já que viaja para todos os lados para anunciar boas medidas, consultar a população, juramentar aos integrantes regionais da Junta (em Siuna assumiram essa função três mulheres numa população de mineiros, o que me pareceu bom sinal num país onde, como em toda América Latina, o machismo pretende ter sempre a última palavra). Não conheci o gabinete de Tomás Borge, um dos chefes máximos da luta armada e Ministro do Interior. Mas como estávamos alojados na sua casa, tive por uns momentos a impressão de que Tomás dirigia daí seu Ministério, coisa possivelmente equivocada, mas não totalmente. Eu conhecia Cardenal e Sergio Ramírez há muitos anos, mas estabeleci agora uma relação e uma amizade com Tomás Borge foi na das mais altas recompensas que me deu esta primeira viagem a Nicarágua, onde voltei muito breve. Já que os elefantes são contagiosos, como diziam os surrealistas, em meu caso

Cuba e Nicarágua o são muitíssimo mais e já não haverá vacina que me cure da falta que me fazem. Conhecer Borge como chefe e como homem foi uma dessas experiências que jamais conseguirei entrar na palavra escrita. O silêncio, a simples alusão são preferíveis, mas quero dizer aqui como encontrei nele essa difícil aliança da sensibilidade poética com o duro ofício de conduzir um povo para seu autêntico destino, essa vontade de ferro tendo uma mão que aperta sem magoar.

Já conhecia seu livro de recordações sobre Carlos Fonseca, fundador com outros heróis da Frente Sandinista de Libertação Nacional, base germinal do movimento que acabou com a tirania somozista. Nesse breve texto escrito na prisão, Tomás revelava sua própria personalidade sem pôr-se jamais em primeiro plano, limitando-se a aludir a estas páginas como "possuídas pelo Deus da fúria e o demônio da ternura".

Ninguém como ele poderia descrever com tão poucas palavras a admirável personalidade de Carlos Fonseca, e ao mesmo tempo descrever-se a si mesmo sem sabê-lo. Retratando-se a contraluz através de um estilo no qual o pudor elimina toda retórica e tudo está dito quase sem dizê-lo (e eu, que insisto em reclamar este estilo dos revolucionários, em vez dos clichês que seguimos escutando em tantos discursos e livros, tenho o direito de afirmar aqui que esse texto de Tomás Borge é um grande e raro exemplo desse estilo).

Tomás, moreno, terno amigo já para sempre, sei que em algum momento em que eu não podia escutar-te, disseste a Carlol: "Cuida de Julio, cuida muito dele". Claro que ela me cuidará, mas és tu quem deve cuidar-se. Tomás, porque teu povo te necessita como necessita de todos os teus companheiros. Não te direi mais, não é necessário entre nós agora. Vives com Nicarágua e teu povo é hoje o povo mais vivo do mundo, o mais formoso e o mais livre.

A palavra "solidariedade" brota às vezes dos lábios dos dirigentes da Junta, acompanhada quase sempre por um sorriso entre irônico e desencantado. É tempo de dizê-lo bem claro: a solidariedade internacional não tem brilhado até agora no que toca à Nicarágua. Todo o mundo já está a par do que custou a guerra de libertação, uma guerra em que os somozistas não vacilaram em bombardear selvagememente as cidades mais importantes do país,

destruindo somente pelo prazer fascista de destruir. Já ninguém ignora que a guerra significou o abandono das plantações, uma considerável perda de gado, uma paralisação das pequenas indústrias e manufaturas, uma pira ainda maior das péssimas condições em que vivia o país sob as garras de Somoza. Não justifica tudo isto o envio imediato de abastecimentos, de equipamentos, de assistência técnica, de remédios, de livros, por parte de tantos países que muitas vezes reagiram a situações comparativamente menos graves?

Os nicaraguenses não pedem nada; têm o silencioso orgulho dos que ganharam sozinhos e querem seguir preservando-a sozinhos.

Os nicaraguenses não pedem nada, têm o silencioso orgulho dos que ganharam sozinhos sua batalha e estão dispostos a seguir preservando-a igualmente sozinhos. Mas os estrangeiros que visitam o país e comprovam de imediato suas imensas necessidades têm o dever de pedir por eles, de ser porta-vozes espontâneos de um povo que nos próximos meses se verá frente a uma dramática escassez de alimentos (leite para as crianças, entre tantas outras coisas), que a escassez de divisas não permitir à remediar. Ajudar hoje a Nicarágua é ajudar à causa da liberdade e da justiça na América Latina. Será por isto que essa ajuda é tão escassa, oh pseudo democracias deste mundo do norte e do oeste?

Apenas libertado o país, essa pequena ilha do Caribe que se chama Granada e que tem uma das populações mais pobres do mundo, reuniu cinco mil dólares para a Nicarágua. Proporcionalmente, essa mínima quantidade representou uma solidariedade maior que a dos Estados Unidos, e isso os nicaraguenses não o esquecerão nunca.

Alguém me contou que um avião chileno trouxe uma contribuição composta de duas caixas com latas de leite, uma com remédios, e setenta colchões. No melhor dos casos é uma colônia, já que o General Pinochet é, segundo ele, um homem caluniado. Eu me limito a transmitir a informação, e penso ao mesmo tempo na equipe de duzentos médicos cubanos que trabalham nesse momento em todo o país (já me referi antes a um contingente de cem professores alfabetizadores). Que eu saiba, em Cuba não sobram médicos, muito ao contrário, mas é que a verdadeira solidariedade não é uma questão de "surplus" mas sim de fraternidade e, como ocorre quase sempre, os países pobres são os melhores irmãos de outros países pobres em dificuldade.

A solidariedade à Nicarágua somozista por época do terremoto foi maior do que a que está havendo agora.

Paradoxalmente, e ainda que eu não tenha dados numéricos, a solidariedade com Nicarágua foi muito maior na ocasião do terrível terremoto que destruiu Manágua no ano de 1972. Já ninguém ignora que naquela oportunidade Somoza e seus inteligentes colaboradores ficaram com a maioria das ajudas destinadas à população, razão pela qual Manágua seguiu e segue sendo uma cidade quase em ruínas.

É tristemente irônico pensar que agora se retalha ou se nega uma solidariedade cujo produto iria limpar as mãos de todo um povo empenhado na reconstrução de sua economia e na saúde e na educação de suas crianças. Mas não sejamos totalmente pessimistas ao terminar estas impressões tão cheias de luz e de esperanças. Quem sabe que entre meus leitores internacionais há algum ministro de Economia, de Agricultura ou de Saúde, ou o presidente de uma fundação ou de um consórcio bancário, capazes de compreender esta dura realidade e de organizar planos de ação. Os nicaraguenses não lhes pediram nada, mas não podem impedir que eu o faça por eles, e que o faça por admiração e por amor frente à sua coragem e à lição histórica que estão dando a nossa amarga e sofrida América Latina.

Queremos contacto com o PT

Sr. Editor.

Venho acompanhando a tempo a pregação deste semanário, em defesa dos oprimidos e injustiçados.

Após a mudança imposta pela medrosa "revolução" no seio partidário, este semanário tornou-se o porta-voz do Partido "PT". Assim como o "Companheiro", dos quais sou assinante.

Venho daqueles dias difíceis de 68 quando estudava na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, lá já

engajado nesta luta de vocês, voltando à Goiás a luta teve prosseguimento no seio do MDB, mesmo vindo que aquele partido não seria a solução, mas era o que tinha. Hoje, graças a uma batalha constante do povo brasileiro, abre-se novas oportunidades: partido de baixo para cima, partido que permita posicionamentos em defesa dos injustiçados — o único o é: PT!

Rio Verde, hoje já abriga vários Sindicatos, até seria

surpresa imaginar isso, mas é a segunda cidade do Estado. Há três anos lutamos, para implantar o Sindicato dos braçagistas (Carregadores), com uma extensão de base em quinze cidades. Nasceu em Rio Verde e já foi implantado até mesmo na capital do Estado, Goiânia, e em outras: Anápolis, Acreúna, Santa Helena, Quirinópolis, Jataí, etc. Dia 26 deste inauguraremos a Delegacia de Rio Verde, do Sindicato dos Empregados em

Turismo e Hospitalidade no Estado de Goiás. Mas como exemplo, e como existem outros, pretendemos é estudar as possibilidades e fazer um apelo às Lideranças do Partido dos Trabalhadores, PT, para que não esqueçam de Goiás, aqui as possibilidades são amplas e nada se fala deste Partido. A imprensa é deles, já sabemos.

Apelamos a este semanário que nos coloque em contato com as Lideranças do PT. Antonio Arantes (Rio Verde, Goiás)

Errata

O artigo "Em memória de Luiz Hirata" publicado em nossa última edição, na seção *aparte*, saiu sem o devido crédito da autora, Helena Hirata, por falhas gráficas.

TE-ATO OFICINA convida PARA VER A LUZ DO SOL Show
com
Edgar Ferreira - Sandi Celeste Forro do Avanco. Roda Oficina de Samba. Amigos Come Terra Caboclo Cirandeiro. Repente. Axeh Tapuyo
De 22 jan a 3 fev.: 21 horas.

LEIA E ASSINE REVISTAS

"EL VIEJO TOPO" E "TRANSICIÓN" (ESPANHA)

EDITORA COMBATE SOCIALISTA - Distribuidora exclusiva do EL VIEJO TOPO e TRANSICIÓN para todo o Brasil.



Não é necessário qualquer pagamento antecipado. O assinante pagará cada revista mensalmente, quando recebê-la através do reembolso postal.
Preço: EL VIEJO TOPO e TRANSICIÓN, Cr\$ 150,00 cada exemplar, inclusive os números atrasados e números Extras.
Preencha o cupom ou escreva uma carta para EDITORA COMBATE SOCIALISTA
Rua Jerônimo Coelho, 206 — Caixa Postal, 10.319
90.000 — Porto Alegre (RS)
Nome:
Endereço:
Cidade: CEP: Estado:
EL VIEJO TOPO Assinatura 1 ano Assinatura 6 meses Coleção Completa nº 1 ao nº
Números atrasados:
TRANSICIÓN Assinatura 1 ano Assinatura 6 meses Coleção Completa nº 1 ao nº
Números atrasados:
EL VIEJO TOPO Nºs EXTRAS 1 2 3 4 5 6 7 .
OBS: Os números atrasados desejo receber parceladamente, números cada mês.

EL VIEJO TOPO números atrasados

- Os herdeiros de Marx/Imprensa Revolucionária na sociedade burguesa
- Mandel (entrevista) / Dossiê Anarquismo
- Sartre (entrevista) / Dossiê Eurocomunismo
- Anarquismo e Comunismo / Fernando Claudin/ Anti-psiquiatria
- China depois de Mao / Luis Althuseer
- Pela reconciliação popular/Imperialismo/Foucault
- Militância e Revolução/Dossiê Stalinismo/Gramsci e os Conselhos Operários
- Filosófias de Underground/Homossexualidade
- Índios Metropolitanos/Feminismo / FBI
- Novos Filósofos/Dossiê Ditadura do Proletariado
- Ernest Bloch / A Comuna de Paris
- Contra o Cárcere - Rosa Luxemburgo
- A crise da esquerda revolucionária / Gramsci
- Alemanha: gulag ocidental/ O novo subproletariado
- Pedagogia e Marxismo / O orgasmo é revolucionário
- Fascismo
- Poulantzas - Lucio Magri / Surrealismo
- Pierre Broue - Sartre - Eduardo Galeano
- Dossiê Maio 68 / Althusser e Coletti: a crise do marxismo
- Marxismo e irracionalismo / Debate no PCF
- Velha e nova política do PCF / Foucault
- Comunicação alternativa
- Autonomia Operária / Ciência e Sociedade
- Lukács inédito / Cinema e guerra civil
- Agnes Heller - E. Balibar
- Samir Amin - Universidade contra a Vida / Dossiê Trotskismo
- Conversas com a esquerda da esquerda
- Socialismo e Revolução sexual / Militância de esquerda
- Cuba 20 anos / Dossiê Freud - Stalinismo: ideologia da burguesia de Estado
- Cultura pos-franquista - Reflexões sobre a tortura
- Dossiê Cidade - Marcuse - Miséria da Filosofia
- Do terrorismo à guerrilha - Dossiê Einstein
- Do terrorismo à guerrilha - Dossiê Einstein
- Antropologia e Marxismo
- Última entrevista com Poulantzas - Lesbianismo: uma alternativa política?
- Socialismo - Social-democracia - "Yu. Ioni Negri" - Tida Falcon

EXTRAS

- Franquismo
- A URSS e os países do Leste
- Violência e Terrorismo
- Os partidos, a esquerda e a militância
- Crítica da vida cotidiana
- Literatura
- Controle Social

TRANSICIÓN: números atrasados

- Crisis económica y planes de austeridad / La izquierda y las centrales nucleares / Mujeres trabajadoras /
- Samir Amin: Problemas de la transición / La OTAN, política internacional
- Ernest Mandel (entrevista) / La sociedad capitalista goza de mala salud / Teoría de la crisis económica en Marx
- André Görz: Una utopía posible / Bettelheim: Ni Rusia ni China / Mario Gaviria: Una reforma agrária al revés.
- Economía y question nacional / Sindicatos y lucha por el socialismo.
- Ernest Mandel: La economía internacional en 1979 / La subversión ecologista / Antiautonomismo de izquierdas?
- Las contradicciones de la URSS / Medicina y poder / Absentismo laboral?
- Economía y cuestión nacional / El árbol del Estado y los amos.
- La multinacional vaticana / Las autopistas del capital / G. Castro: Hacia una nueva sociedad.
- 10/11. Especial movimiento obrero / Debate sobre la autonomía vasca
- El desencanto sindical / Salud Mental y ciudad / Estatuto contra los trabajadores.
- Samir Amin: Lucha de liberación nacional y crisis del nuevo orden económico internacional / Todo el mundo se droga.
- Socialismo sueco y gran capital / El nuevo corporativismo / UGT, burocracia sindical e izquierda revolucionaria
- Los sindicatos ante la violencia capitalista en el trabajo / Crisis económica y perspectivas de la izquierda.

Leia e assine COMPANHEIRO

Uma imprensa que luta contra a ditadura e exploração

Semestral Cr\$ 120,00
Anual Cr\$ 240,00
Anual para o exterior \$ 70

Nome: _____
Endereço: _____ Cep: _____
Estado: _____
Bairro: _____ Profissão: _____
Cidade: _____

Cheque nominal para Editora Avante Ltda
Rua Itapeva, 28 — Bela Vista
CEP 01332 — São Paulo

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marcos Aurélio Garcia Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Allii, Tom Duarte — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues Sandra Starling, Valmir Menezes DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio,

José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

DIRETOR RESPONSÁVEIS: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Papi. SUCURSAIS: Belo Horizonte — Av. Cristovão Colombo, 550 - Tel.: 224-0127 — PORTO ALEGRE: Av. Osvaldo Aranha, 1407 -

loja 20: RIO DE JANEIRO —

Praia do Botafogo, 316, sala 209 SALVADOR — Av. Joana Angélica, 8, sala 44: FORTALEZA — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristovão Colombo, 550. Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRES— SÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda - Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010

Rua Matheus Grou, 57- Pinheiros- São Paulo CEP: 05415 Telefones: 280-4759-853-6680

GUATEMALA

Os assassinados de cada dia

Hoje morreram dez, como ontem. Amanhã morrerão outro dez. Depois de amanhã, também. Esta é a média de assassinatos políticos que a ditadura da Guatemala comete por dia. A Anistia Internacional confirma. Representante da oposição veio ao Brasil denunciar.



Missão do entrevistado no Brasil: salvar vidas de opositores do seu país, por meio da solidariedade internacional.

Principal risco: se, ao retornar, for identificado pelo governo, será um homem marcado para morrer.

O entrevistado é um guatemalteco, que, sorrindo, diz se chamar "Miguel", talvez o primeiro nome que lhe veio à cabeça. Faz parte da Frente Democrática contra a Repressão, que reúne hoje praticamente todas as organizações populares e as de esquerda da Guatemala.

Guatemalteco. Certamente, dentro em breve, este nome será tão popular na América Latina (e talvez no mundo) como é hoje o nicaraguense e começa a ser o salvadoreno. Na Nicarágua, a revolução foi vitoriosa; em El Salvador, o processo agudiza-se: na Guatemala, sob um banho de sangue promovido pelo governo de Romeo Lucas Garcia, as oposições populares unificam-se, resistem, preparam a insurreição armada. E o que é interessante e inusitado: pregam a rebelião e levantam-se em armas, sob a proteção de uma Constituição democrática. Um dos seus artigos, diz "Miguel", é bem claro: o povo tem o direito de rebelar-se contra governantes incapazes de promover o bem comum, a paz e o respeito aos direitos humanos.

As forças repressivas da Guatemala assassinam nada menos de uma média de 10 opositores por dia. Quem denuncia isso não é só "Miguel" ou os seus companheiros de Frente, é, por exemplo, a Anistia Internacional, que lançou em novembro do ano passado uma campanha de denúncia da repressão naquele país, baseada num longo e documentado dossiê, clamando pela solidariedade de todos os povos às oposições guatemaltecas.

Te assassinam

Diz "Miguel": "Se és um trabalhador e queres organizar um sindicato, te assassinam; se queres fazer um partido político de oposição, te assassinam; se és um camponês e queres terra, te expulsam de tua região ou te massacram; se és um estudante e queres reformas educacionais, te sequestram; se és um jornalista e queres escrever livremente, te prendem, te torturam, te assassinam".

Estranha a ditadura da Guatemala. Lá, além da Constituição democrática, ocorrem eleições regulares, por voto direto, e inclusive o presidente é eleito de quatro em quatro anos. No entanto,

explica "Miguel", as abstenções nos pleitos nunca atingem menos de 60% dos eleitores. Concorrem nas eleições presidenciais, por exemplo, cerca de quatro chapas, sendo vitoriosa a que obtém no máximo uns 10% dos votos. Sem contar os nulos — ou as fraudes. Ele lembra: "Na última eleição, numa aldeia de 100 habitantes, votaram 400. Ou seja, pelo menos três centenas de mortos".

O Exército é uma instituição impar. Possui um banco, uma fábrica de cimento, pleiteia uma universidade e está montando um canal de televisão. Tudo isso enquanto instituição. Formalmente, o Exército respeita a Lei. Na prática, traveste-se de "bandos de civis da extrema-direita clandestina" e prende, sequestra, tortura, massacra e assassina. Participa diretamente do poder político e econômico, garantindo, com a opressão das armas, a santa-aliança com a burguesia e os terratenentes (grandes latifundiários).

Essa situação dura no país há quase três décadas. Em 1954, foi derrubado por um golpe militar liderado pelo coronel Carlos Castillo Armas o governo reformista e popular do coronel Jacobo Arbenz Guzmán, que instituiu reformas sociais e agrárias, expropriando as terras dos donos de plantações estrangeiras, incluindo a United Fruit. O golpe foi dirigido pelos Estados Unidos. A Guatemala, o maior país da América Central — e o mais rico —, depende hoje, em quase tudo, dos Estados Unidos.

Liberal? Morte

Da repressão do regime nem mesmo a burguesia liberal tem escapado. Como na Nicarágua, em que a ditadura Somoza assassinou a alternativa liberal burguesa — identificada na pessoa de Pedro Joaquín Chamorro —, também o regime guatemalteco liquidou, em 1979, Manoel Colon Marguete, o principal dirigente da Frente Unida da Revolução, e Alberto Fuentes Mor, do Partido Socialista de Guatemala, ambos de tendência social-democrática contra a Repressão.

Aliás, revela "Miguel", só não participa da Frente a oligarquia. O regime está cada vez mais isolado, interna e internacionalmente. Além da recente campanha lançada pela Anistia, ele lembra: "Até o governo norte-americano cortou o fornecimento de armas à Guatemala". E conta um caso interessante, que deve ter contribuído para isso: "Recentemente, enviamos um líder sindical para participar de uma reunião

dos acionistas da Coca-Cola, nos Estados Unidos. Ele foi denunciar a repressão existente na Coca-Cola da Guatemala contra os trabalhadores locais. Os fatos, o testemunho vivo, os documentos e fotos — tudo isso acabou impressionando a maioria dos grandes donos da Coca-Cola". Não é por menos (e certamente muito mais pelo exemplo da Nicarágua) que o Departamento de Estado está procurando impor ao regime uma política de reformas, temendo o pior. As Câmaras do Comércio, da Indústria e as associações de latifundiários da Guatemala, no entanto, continuam resistindo a essas pressões. Confiam na repressão.

Resistir sempre

"Miguel" é taxativo ao avaliar essa política do regime: "Ao invés de vencer a resistência, a repressão está sendo vencida pelas oposições, apesar do sacrifício que a nossa luta tem implicado". E dá exemplos: "Desde 1954 que não tínhamos organizações de trabalhadores unificadas nacionalmente. Hoje, já temos o Comitê de Unidade Campesina, organizado em todo o país em 1977, associações sindicais e, sobretudo, a Frente Democrática, organizada em fevereiro do ano passado."

A própria esquerda clandestina está-se unificando. Na esquerda armada, dos quatro grupos principais, três já atuam juntos: o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), as Forças Armadas Revolucionárias e o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), de orientação comunista, que desde o seu 4º Congresso, realizado em 1969, defende a via revolucionária da guerra popular. A quarta, a Organização do Povo Armado (ORPA), que iniciou as ações armadas mais recentemente, já anunciou que se unirá às outras no momento em que acumular maiores forças nacionalmente. "Miguel" acredita que isso ocorrerá "dentro de alguns meses".

Em sua passagem pelo Brasil, o enviado da Frente Democrática fez contatos com diversos representantes das oposições: líderes sindicais, parlamentares, membros dos CBAs (Comitês Brasileiros pela Anistia), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), jornalistas e muitos outros.

"Miguel" deixou o Brasil confiante nos resultados de sua missão. Agora, já na Guatemala, ele está avaliando o trabalho que outros enviados fizeram na Europa, nos Estados Unidos e em quase todos os países da América Latina. Todos eles arriscando as suas próprias vidas.

Itamaracá

Greve de fome já passa dos 30 dias

Pela sétima vez, os presos políticos de Itamaracá, em Pernambuco recorrem à greve de fome. Agora, eles lutam por sua libertação imediata, apoiados por uma mobilização nacional liderada pelos movimentos de anistia.

Por Elvira de Oliveira

"Manteremos a greve de fome até nossa libertação, ela é a única forma de reivindicação de que dispomos. Ao mesmo tempo, fazemos um apelo a todos os setores sociais e políticos do país, no sentido e que aprofundem a campanha que já se iniciou, até que ocorra nossa libertação".

Com estas palavras, Luciano Almeida e Rholine Sonde Cavalcanti, os dois presos políticos que ainda permanecem no presídio da Ilha de Itamaracá, reafirmam a sua decisão de continuar a greve que iniciaram no dia 22 de dezembro passado, e apelam para a continuidade das mobilizações que se multiplicam pelo país, pois eles dependem em grande parte a vitória do movimento.

Desde a decretação da anistia parcial diversas autoridades governamentais vieram a público com promessas de que até o Natal não haveria mais nenhum preso político no Brasil, o que deixou em ansiosa expectativa tanto os presos — que hoje são quatro, além de Luciano e Rholine, continuam na prisão Hélio da Silva, único preso político do Rio de Janeiro, já com direito à condicional e José Sales de Oliveira, no presídio de Fortaleza — quanto seus familiares. Porém esta promessa veio a ser apenas mais uma das tantas não cumpridas pelo governo, que lança mão de vários desmandos.

Frente a esta situação é que Luciano e Rholine, juntos com José Calixtrato Cardoso Filho — ainda preso na ocasião e que conseguiu sua liberdade dois dias depois — decidiram entrar em greve de fome. Esta greve, que já ultrapassou a marca dos 30 dias, uma das mais longas já realizadas no Brasil e a sétima de que os dois participam, foi a maneira encontrada pelos presos políticos para protestarem contra a anistia parcial que os discriminou e em repúdio no indulto de natal oferecido pela ditadura.

Rholine foi preso em março de 1970 e conde-

nado a penas que, somadas, só expirariam no ano 2003 e Luciano, preso em março de 1973 também estava condenado a várias dezenas de anos. Depois de quatro reunificações e reduções de suas penas e com base na lei de anistia parcial e no decreto presidencial de indulto, suas condenações foram reduzidas, respectivamente, para 9 anos, e 10 anos, sete meses e 13 dias.

Com isto, os dois presos políticos já cumpriram mais da metade de suas penas tendo, portanto, direito ao livramento condicional. Este, embora requerido tem sido protelado tanto pelo recesso da auditoria, quanto pela ameaça de impetração de recursos por parte do procurador militar José Nunes Costa.

Logo que a greve de fome foi iniciada os diversos movimentos pela anistia e outras entidades que lutam contra a ditadura iniciaram campanhas pela soltura imediata dos presos. Vários atos públicos estão sendo realizados, em São Paulo, Recife, Salvador, Fortaleza e Rio Grande do Sul e no início desta semana, a Comissão Executiva Nacional Provisória dos Movimentos pela anistia enviou telegrama ao presidente da República, declarando que "a Nação está apreensiva com a inexplicável discriminação exercida contra Rholine Sonde Cavalcanti e Luciano Almeida e exigindo a imediata libertação dos dois presos políticos".

Recém-saídos de outra greve de fome, que empreenderam quando da apreciação do projeto de anistia parcial pelo Congresso, os dois presos estão debilitados e já se teme por sua integridade física. O livramento condicional, no entanto, só poderá ser concedido depois que o Superior Tribunal Militar confirmar a decisão do juiz-auditor Theódulo Miranda, que assinou as reduções de suas penas. Mas o STM está em férias e voltará a se reunir apenas no dia seis de fevereiro, quando a greve estará então, no seu 47º dia.